

3 Poder-saber: entre práticas e discursos

Formas diversas pelas quais são expressos os valores sociais, há séculos, parecem ter evidenciado que os sujeitos têm possibilidades de ação e decisão influenciadas pela sua condição de gênero. De forma que, nascer “homem” ou “mulher” implica certos direcionamentos e expectativas com as quais, a maioria das pessoas concorda, se tem que lidar.

Em alguns grupos sociais, já ressoa à certa distância – bem menor do que a desejável, por certo -, a análise de que, havendo polos de superioridade e inferioridade nessa relação, o primeiro remete, incondicionalmente, à masculinidade, aos fazeres de homens. Confere-se, assim, um caráter secundário e subalterno à feminilidade e ao que diz respeito às mulheres. Há ilustrações que não deixam dúvida quanto à essa valoração, tais como a existência comemoração quando vem ao mundo uma criança do sexo masculino e a persistência do hábito de determinado grupo de homens manterem o ritual de agradecer a Deus o fato de não terem nascido mulher (Chassot, 2011, p. 77).

Nesse sentido, para a elaboração da necessária crítica a esse quadro, “patriarcado” foi o principal construto utilizado para definir e caracterizar as magnânimas prerrogativas que os homens tinham sobre as mulheres, responsáveis que eram por sua vida e destino. Posteriormente, análises das estruturas patriarcais possibilitaram uma percepção distinta: longe de homens e mulheres manterem, tão somente, uma relação baseada no “manda quem pode, obedece quem tem juízo” - que pressupunha a existência de uma mulher bem situada em relação à sua posição de dependência e de um homem que era “todo o poder” -, em muitos contextos, mulheres viviam sozinhas, mantinham seus lares à custa do seu trabalho ou; por vezes, circulavam nos espaços sociais, burlando essa norma da total mudez e invisibilidade que a obediência servil indicava-lhes.

A contribuição de Joan Scott foi, particularmente, importante para essa guinada teórica. A partir de suas análises, pode-se compreender a existência de

[...] uma luta política, também móvel, não de resistência diante de uma força única, permanente e fixa, mas de resistências multifacetadas aos poderes masculinos que, dia a dia, em diferentes contextos e situações, está constantemente em jogo na relação dos homens com as mulheres, dos homens com os homens, das mulheres com as mulheres (Scavone, 2006, p. 92).

Contudo, “o debate sobre o patriarcado [ainda] é recorrente no feminismo contemporâneo” (Scavone, 2006, p. 93). Recorrência essa que não impede a frutificação de debates em outras direções. A consideração das “relações de poder” é temática que se coloca nesse contexto, sugerindo outras possibilidades de análise.

Assim, Hannah Arendt (2007), Balandier (1982), Nicos Poulantzas (1977), Eugène Enriquez (2007) e o sociólogo brasileiro Emir Sader (1997) enriquecem as reflexões sobre o poder e as relações por ele engendradas, cujo estudo é finalizado com as formulações de Michel Foucault.

Há de se observar que a referência a Arendt e aos demais autores supra citados não esgota as possibilidades existentes para a abordagem referente ao “poder”, tendo-se optado por situar as contribuições de alguns teóricos que, intencionalmente e de forma mais direta, detiveram-se sobre o tema.

Em decorrência do conteúdo desenvolvido por Michel Foucault, em seguida, volta-se a atenção à Análise do Discurso, contextualizando dados gerais sobre essa disciplina, com destaque para os contextos francês e brasileiro. O pensamento desse filósofo sobre discurso encerra as discussões feitas nesse capítulo.

3.1. Abordagens sobre "poder"

Hannah Arendt discorre sobre a organização política através da existência da *pólis* e apresenta o poder como mantenedor da esfera pública. Essa esfera pública, que tem na própria sociedade sua personificação maior, é entendida como "o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam"; é o "espaço mundano de que os homens necessitam para aparecer" (Arendt, 2007, p. 212; 216).

Não por acaso, a autora observa: "Todo aquele que, por algum motivo, se

isola e não participa dessa convivência [na esfera pública], renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja a sua força e por mais válidas que sejam suas razões" (Arendt, 2007, p. 213); sendo o poder o elo que prolonga a união, após o término de qualquer ato reivindicatório, por exemplo. Diferentemente da "força" ("entidade imutável" e "mensurável" que se realiza por uma ação individual, sendo uma "qualidade natural" de uma pessoa, um dom), o poder existindo apenas como um "potencial", depende da comunhão entre os indivíduos para se realizar (Arendt, 2007, p. 212). Com efeito, ela resume:

O poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos da violência: só existe em sua efetivação. Se não é efetivado, perde-se; e a história está cheia de exemplos de que nem a maior das riquezas materiais pode sanar essa perda. O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades (Arendt, 2007, p. 212).

Nessa perspectiva, o poder é independente dos fatores materiais, pode ser dividido sem medo de ser diminuído e, quando em interação dinâmica (não motivada por qualquer contrariedade ou impasse) pode ampliar-se. Seu único limite é a existência de outras pessoas, "limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade" (Arendt, 2007, p. 213).

Na relação entre poder, força e violência, a autora não prevê ações de resistência. Arendt aponta que a única alternativa contra o poder é a força, da qual pode-se apoderar através dos meios de violência. A violência, por sua vez, é até capaz de destruir o poder, mas jamais poderá substituí-lo em pé de igualdade (Arendt, 2007, p. 214).

Sob outro ângulo, a autora observa que:

[...] a força combinada da maioria é ameaça constante ao poder. O poder corrompe, de fato, quando os fracos se unem para destruir o forte, mas não antes. A vontade de poder, denunciada ou glorificada pelos pensadores modernos de Hobbes a Nietzsche, longe de ser uma característica do forte, é, com a cobiça e a inveja, um dos vícios do fraco, talvez o seu mais perigoso vício (Arendt, 2007, p. 215).

Outra perspectiva sobre o poder sobre a qual se debruçou é a desenvolvida por Georges Balandier. Em seu entendimento, o poder é "herdeiro de costumes bastante antigos"; "[...] usuário e inventor de novos instrumentos resultantes de desenvolvimentos acumulados da técnica e da organização. Permanece isolado em outra cena, separada de todas as que a vida cotidiana compõe [...]" (Balandier, 1982, p. 61).

É interessante destacar que, conforme o autor, toda "demonstração de poder recorre sempre à manifestação do poderio [este último resultante de aparelhos, de dispositivos complexos, do comando de forças à ação temível ou terrificante]; [afetando] sobretudo a existência de cada um dos indivíduos, na medida em que o Estado multiplicou as suas intervenções e funções" (Balandier, 1982, p. 62).

A "competência" é um item fundamental para as "figuras atuais do poder", já que contribui para que estas granjeiem "a adesão e a confiança das pessoas" (Balandier, 1982, p. 62). Participando da constituição do capital simbólico "produzido pela sociedade", essas figuras do poder são mitificadas, através de um processo que nem a morte física interrompe. Afinal, é a mitologia que confere "sentido e força" ao político. Assim, Georges Balandier afirma que "O morto como indivíduo desaparece por trás da significação política de sua vida; ele se transforma numa imagem, a de um modelo de inspiração para as gerações futuras" (Balandier, 1982, p. 62).

Outro autor a tematizar o assunto, Eugène Enriquez (2007), em *As figuras do poder*, divulga textos sobre o tema, escritos entre 1965 e 1989. Ratificando o seu interesse sobre "esse elemento enigmático por excelência", Enriquez analisa: apesar de "ninguém [conseguir] chegar à compreensão última desse elemento que estrutura todas as formas de sociedade", [...] "o processo de poder me parece [...] ser um dos fundamentos essenciais de toda a vida social" (Enriquez, 2007, p. 5).

No seu percurso em torno do "mistério do poder", Eugène Enriquez (2007, p. 7) recorre à análise dos processos históricos e sociais que engendraram diferentes experiências a ele vinculadas, como a experiência da guerra; a organização dos Estados totalitários, com destaque para o fascismo. O autor foca seu estudo, também, sobre a dimensão mítica do poder, correlacionando-o com as teses freudianas (libido, pulsões e complexo de Édipo, entre outras alusões) e com outros temas como trabalho, morte, conflito social, discurso, sujeição, articulação

do poder com o saber, mito do "bom poder", amor, sexualidade e ser "mulher" e ser "homem" na sociedade burguesa.

A importância dessa temática, com suas diferentes nuances, é reiterada ao longo da análise por ele empreendida. Por isso, essa noção é considerada um verdadeiro quadro projetivo, com significações múltiplas, senão contraditórias, conotando realidades diversas. Assim, ela induz a uma comunicação fundada em mal-entendidos não desfeitos, de forma que:

É na própria ambiguidade do conceito de poder que se encontra a razão de seu uso frequente na linguagem corrente e no quadro muitas vezes formulados como tais. De certa forma, é um conceito que, como um véu, possibilita a comunicação, ao mesmo tempo que a mascara. [...] O fato é que o termo poder tem uma importância central para qualquer indivíduo e para todas as sociedades.

Ter poder, submeter-se ao poder, delegar poder, tomar o poder, isso faz parte de nossas preocupações e obsessões, do nascimento à morte. Qualquer grupo social pode ser considerado um feixe de relações de poder. São poucos os termos [...] que têm repercussão comparável e são tão centrais para o ser humano. Eles exprimem o confronto do homem consigo mesmo e com o outro, além de revelar a imagem que ele tem do mundo e a maneira de nele inserir seu projeto. Por ter uma ressonância sobre nosso futuro no mundo, a palavra "poder" explode como um eco indefinidamente repetido (Enriquez, 2007, p. 13).

Experiências relacionadas à Segunda Guerra Mundial foram detonadoras do interesse do autor pelo tema, ratificando, em seu trabalho, o crescente interesse que o "poder" assumiu para pesquisadores em diferentes áreas (Filosofia Política, Ciência Política, Ciências Sociais, Economia e Psicologia):

Existe uma questão lancinante que toda sociedade humana deve tentar responder, embora sempre se furte à sua elucidação clara e unívoca: é a questão da origem, das modalidades e da repartição do poder social. Nenhum grupo, instituição ou sociedade histórica tem como escapar dela, pois é *da própria existência dessa questão* bem como da tentativa indefinidamente renovada, e constantemente fracassada, de ter para ela uma resposta precisa, que surge a possibilidade de uma vida em comum que não seja o encontro fortuito e passageiro de seres movidos "pela fome e pelo amor" (Enriquez, 2007, p. 57, grifo do autor)

Tendo em vista a crescente publicação sobre o tema (em forma de artigos, livros e teses) em território francês, Enriquez discorre sobre dois posicionamentos verificados nos materiais que estudou: o empenho em delimitar ao máximo um conceito de "poder", "intelectualizando-o" a fim de atribuir-lhe melhor

operacionalidade e; a utilização de variações/sinônimos para identificá-lo (Enriquez, 2007, p. 13-14).

Desta forma, apresentando uma defesa da importância da abordagem do poder nas organizações, Enriquez discorda do uso de "autoridade" e "sistema de decisões" para substituir o termo: o primeiro por que escamotearia problemas vinculados à questão do poder – que é principal – destacando a *competência* com uma função claramente dissimuladora (relações de dominação transmutam-se em relações de autoridade; as relações sociais, em relações interpessoais; os problemas de políticas e objetivos institucionais em "de estrutura" e tecnologia (Enriquez, 2007, p. 61-62).

Por conseguinte, a crítica ao uso de "sistema de decisões" como sinônimo de poder recai sobre suas consequências: "ocultação [dos] problemas de autoridade, [desconsideração das] relações humanas em proveito da reflexão técnica e os problemas de estrutura em benefício dos *comportamentos individuais* (Enriquez, 2007, p. 61).

Indagações como "Porque determinados sujeitos ou grupos sociais chegam a posições de dominação, em determinadas épocas? Por que motivos certas tecnologias empregadas funcionam, e por quanto tempo?" motivaram Enriquez que, sem negar "a divisão entre dominantes e dominados" (Enriquez, 2007, p. 7), apresenta uma definição própria:

O poder não pode ser visto apenas como uma série de técnicas que levam à obediência, nem como apanágio de alguma elite ou classe social que exerceria sua dominação sem encontrar obstáculos. Não há dúvidas de que existe uma tecnologia do poder (o uso da violência legítima, dos meios de sanção positivos e negativos, a posse da competência técnica, ainda que haja desacordos sobre os elementos que compõem essa competência, tais como a hipnose [a fascinação], a manipulação ou a sedução, para citar somente alguns deles). Também não há dúvida de que a posse das riquezas e dos processos de produção dos bens e serviços (materiais ou simbólicos), bem como o status adquirido na hierarquia social, permitem que determinadas castas ou classes, separadas do conjunto dos cidadãos, controlem o consciente e o inconsciente dos outros parceiros do jogo social, guiando-os em determinado sentido e, se necessário, impondo sua força sobre eles (Enriquez, 2007, p. 6-7).

No que tange aos autores marxistas, entendendo o poder como temática "capital" no âmbito da teoria política, Nicos Poulantzas comenta a ausência de uma definição teórica seja em Marx e Engels, seja em Lenin ou Gramsci. Assim,

na tentativa de esboçar uma definição a partir do trabalho desses pensadores, o autor relaciona o poder com as *práticas de classe* – campo na qual este se constituiria -, asseverando que, por ter o mesmo campo constituinte, as "relações entre as classes são relações de poder" (Poulantzas, 1977, p. 95).

Observando que o poder "indica os efeitos da estrutura sobre as relações conflitantes entre as práticas sociais", Poulantzas defende que "o poder não está situado no nível das estruturas; [sendo] um efeito do conjunto desses níveis, caracterizando contudo cada um dos níveis da luta de classes" (Poulantzas, 1977, p. 95).

Alertando sobre a necessidade de distinguir "estruturas e níveis de luta de classes" (Poulantzas, 1997, p. 97), o autor adverte que não se deve incorrer no equívoco de considerar apenas os níveis político e ideológico como *locus* das relações de poder.

Aconselha, igualmente, que não se deve considerar as relações de produção em si como "relações de poder", pelo simples fato de que "nenhum nível estrutural pode ser teoricamente tomado como relações de poder".

O autor explica essa ideia: se, por um lado, "a estrutura das relações de produção, do mesmo modo que a do político e do ideológico, não pode ser diretamente tomada como relações de classe ou relações de poder"; por outro, "é igualmente exato que as relações de classe constituem, a todos os níveis das práticas, relações de poder", do qual "o econômico – enquanto nível de organização de classe ou nível específico da prática econômica de uma classe em relação à das outras classes, [...] consiste inteiramente em relações de poderes" (Poulantzas, 1977, p. 98).

A complexidade da diferenciação que o autor se empenhou em demarcar desemborca na relação "poder econômico/leis econômicas", cujo desdobramento, na obra marxiana, é a noção de dominação econômica. De maneira que,

[...] na relação estruturas-relações sociais, as leis econômicas do *econômico-estrutura* de modo algum impedem as relações de poder ao nível da *luta econômica* de classes, que indica os efeitos da estrutura deste nível sobre os suportes. Neste sentido, o *poder econômico*, situado ao nível da luta econômica de classe, é um conceito frequentemente utilizado por Marx, que muitas vezes nos fala do poder econômico da classe capitalista, e é aliás neste contexto que se situa o termo que muitas vezes emprega de *dominação econômica* (Poulantzas, 1977, p. 98, grifo do autor).

A "autoridade do capitalismo no processo de produção" e a "negociação preliminar do contrato de trabalho" são expressões do poder econômico – "efeito sobredeterminado das relações de produção" (Poulantzas, 1977, p. 98).

Sistematizando uma definição própria, mas que atenda ao arcabouço marxiano, Poulantzas designará poder como a capacidade de uma classe social realizar os seus interesses objetivos específicos (Poulantzas, 1977, p. 100; 101). Sustenta o autor que, para organizar essa ideia, baseia-se no fato de haver uma cisão da sociedade em classes em luta e cuja "capacidade de uma [dessas classes] realizar [...] os seus interesses próprios encontra-se *em oposição* com a capacidade – e os interesses – de outras classes" (Poulantzas, 1977, p. 101, grifo do autor), engendrando dominação e subordinação. Dominação e subordinação essas cuja base é exterior à própria relação, estando localizada na própria estrutura social.

Consequentemente, Poulantzas chega à idéia de *organização de classe*, tal qual definidas por Karl Marx e Lenin: além de referir-se às práticas sociais, tal teoria abrange "*as condições de poder de classe, isto é, as condições de uma prática que conduz a um poder de classe*" (Poulantzas, 1977, p. 103, grifos do autor); redundando na valorização do movimento político e dos partidos.

Recorda o autor que "os interesses de classe estão situados no campo das práticas, no campo da luta de classes" (Poulantzas, 1977, p. 105) e que estes são "objetivos" e não têm caráter individual nem comportamental, não estando, mormente, situados nas estruturas.

Para Poulantzas essa explicação faz-se premente porque, mesmo os marxistas resvalam em erro:

Com efeito, encontramos, por vezes, análises dos clássicos do marxismo que [...] parecem situar os interesses de classe nas relações de produção. É este tipo de leitura que identifica as estruturas e as práticas, e que vê nas relações de produção a classe-em-si – interesses de classes -, ao contrário dos níveis políticos e ideológicos que consistiriam na prática – a organização – da classe-para-si. Marx chega mesmo a dizer que os interesses de classe, na luta de classe, preexistem de algum modo à própria formação, à prática de uma classe (Poulantzas, 1977, p. 105).

Por fim, cabe assinalar que a proposta de Nicos Poulantzas inclui, ainda, as noções de "autoridade" e "poderio": a primeira é aplicável à "relação dirigentes-dirigidos" em que não há a subordinação de uma classe pela outra [o autor lembra

das sociedades socialistas que transitavam para o comunismo]; a segunda concerne "às relações 'inter-individuais' ou às relações cuja constituição se apresenta [...] independente do seu lugar no processo de produção" (Poulantzas, 1977, p. 102). O poderio, ao não ter qualquer relação com a luta de classes e, na proposta do autor, estar referenciado à Ciência Política, seria "um fenômeno caracterizado por uma amorfia sociológica" (Poulantzas, 1977, p. 102; 103).

Considerando, por fim, a produção nacional, localizou-se estudo elaborado por Emir Sader (1997). O autor principia suas reflexões em *O Poder, cadê o poder?*, remetendo-se às diferentes experiências políticas latino-americanas, envolvendo os movimentos sindicais, o aparelho do Estado (composto pelo Parlamento, o Poder Judiciário, as Forças Armadas e sua própria burocracia) e os partidos políticos, cientificando aos/às que o leiam que galga-se na produção marxista.

Rememorando, brevemente, a atuação da Unidade Popular durante a Revolução Chilena, o autor dirá que, focado no Estado e na tomada de empresas privadas, um das insuficiências que tais ações deixaram antever foi a seguinte:

O poder não era concebido como um conjunto de relações, mas como algo a ser conquistado: suas bases econômicas, por um lado, seu lugar de direção política por outro. Equivocavam-se nos dois lados: o capital é uma relação social e não se limita a propriedades a serem apropriadas (Sader, 1997, p. 16).

Entendendo o poder como uma relação social tanto quanto o capital, Sader afirma que, uma visão reducionista das relações de poder na sociedade por parte da esquerda revolucionária no Chile - tendo como certa que estas eram "centradas exclusivamente nas relações econômicas internas e nas relações políticas institucionais" (Sader, 1997, p. 20), contribuiu para o êxito da resistência das forças conservadoras naquele país. Os meios de comunicação, bem como "os novos embriões de poder que surgiam nos bairros, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas" foram menosprezados por Allende e seus correligionários (Sader, 1997, p. 19; 21).

O autor assinala que, consideradas *per si*, nenhuma das assertivas conhecidas sobre o poder parecem ser suficientemente abrangentes; muito embora termine por concluir que o Estado é importante articulador das diversas expressões do poder, vindo a constituir "o poder político das forças dominantes"

(Sader, 1997, p. 24-25) .

Com efeito, o autor discorda que o poder esteja somente “na boca do fuzil”, lembrando Mao Tsé-tung e sua estrita referência ao conflito bélico, ainda que, mesmo nesse específico contexto, considere que essa afirmação possa ser questionada.

Propondo-se a aprofundar a conclusão de que a superestrutura é determinada pela infraestrutura, a partir da reflexão sobre a Revolução Russa, questiona o pensamento de que “Quem domina as consciências tem o poder” (Sader, 1997, p. 21). Nesse lastro, observando a complexidade da questão, Emir Sader critica igualmente a ideia de que “O poder está em todos os poros da sociedade”, embora reconheça a importância da formulação:

[...] Com as teorias da microfísica do poder de Foucault, o pensamento político pôde avançar muito na desmistificação das visões que concebem o poder como uma coisa materializada no aparato estatal, cujo controle determinaria quem detém o poder. [...]

No entanto, a versão dada por Foucault [...] desemboca numa diluição do poder político que, estando em todo os poros da sociedade, termina não estando em lugar nenhum e impossibilitando qualquer ação social para sua transformação. Daí as conseqüências pessimistas que ele extrai para a construção de quaisquer formas de contrapoder, elas também inevitavelmente permeadas pelo poder e seus tentáculos avassaladores (Sader, 1997, p. 24).

Assim, observa-se que, tanto Poulantzas quanto Sader, apesar de reconhecidamente fundarem seus escritos sobre a perspectiva marxista, consideram – com maior ou menor profundidade - o legado foucaultiano em suas abordagens sobre “poder”.

Pode-se dizer, também, que frases-resumo do tipo “Para Foucault o poder está em todo lugar” e “O poder para Foucault é capilar” alcançaram certa popularidade acadêmica, reverberando até mesmo onde sua obra sequer é lida (fato possível de perceber pela precária e simplista abordagem do seu pensamento em alguns círculos): tais formulações tornaram-se mantras.

Apresentadas em linhas gerais as ideias de Hanna Arendt, Georges Balandier, Enriquez, Poulantzas e Sader, vem à mente uma explicação de Michel Foucault sobre a forma como a questão do poder ganhou importância para ele.

Em entrevista à Roger Pol-Droit, em janeiro de 1975, em Paris, comenta

que suas pesquisas tinham permitido a verificação de que houve um corte – nos discursos em relação ao homem, ao trabalho, à vida e à linguagem - no século XVIII. Esse fato tornou-se o seu problema:

Com efeito, eu levei sete anos para perceber que a solução não devia ser buscada, em qualquer coisa do gênero ideologia, progresso da racionalidade ou modo de produção. Era, finalmente, nas tecnologias de poder e em suas transformações, do século XVII até agora, que era necessário ver a base a partir da qual a mudança seria possível (Pol-Droit, 2006, p. 92).

Malgrado o “poder” tenha excepcional centralidade nos escritos de Michel Foucault, fato que explica as alusões feitas por ele, em incontáveis momentos de sua trajetória, o estudo de suas proposições sobre esse tema aqui elaborado procurará recuperar o trabalho realizado, em especial na década de 1970.

3.1.1. A perspectiva foucaultiana

Na manchete *O massacre de Marikana*, estampada na capa da revista *Le Monde Diplomatique Brasil* (2012), os leitores são convidados a conhecer a luta acirrada de um grupo de mineiros, contratados pela multinacional britânica Lonmin, que reivindicavam melhores salários pelo trabalho de perfuração, realizado na colina africana Wonderkop (Marinovich, 2012, p. 29).

A manutenção do movimento grevista - detonado em 10 de agosto de 2012, após a morte de oito homens e duas mulheres que trabalhavam nas minas - , culminou em cerco policial e no fechamento do acesso ao local. Embora o grupo de trabalhadores estivesse decidido a enfrentar a situação que lhes fora impingida, o desfecho do caso não se fez tardar:

Em Marikana, 34 mineiros foram mortos, 78 feridos. Nenhum policial foi processado até o momento, mas por uma aberração jurídica com base em uma lei da era do apartheid, mais de duzentos mineiros foram acusados de matar seus próprios companheiros. Apesar de o processo ter sido rapidamente retirado, as operações policiais continuaram, com devassas nos alojamentos dos trabalhadores. E, embora a escalada de violência pareça ter diminuído, a Lonmin anunciou planos de demitir 1,2 mil funcionários. Intensas discussões entre a indústria, os sindicatos e o poder deveriam permitir salvaguardar as aparências e

retomar a atividade mineradora, vital para o país; mas o mineiros temem ser os grandes perdedores nesse episódio (Marinovich, 2012, p. 29).

Ao explicar os porquês do movimento de luta por condições mais justas de trabalho, um dos mineiros desabafa:

Mesmo que eu pertença a um sindicato, [...] não me sinto representado. Quando expresso minhas preocupações, elas não são repassadas, e não tenho nenhuma influência. Nunca me benefico das decisões tomadas. Sinto-me o tempo todo violado e tenho de trabalhar submetendo-me a uma violência pessoal. [...] (Marinovich, 2012, p. 29).

Greg Marinovich, jornalista que atua em Johannesburg, ilustra certa dimensão das reivindicações: os operadores de perfuração “trabalham em contato com a parede, oito horas por dia, com uma broca de vinte e cinco quilos que vibra loucamente, sem nunca conseguirem ficar em pé. Em caso de deslizamento de terra, eles podem perder os dedos ou até mesmo a vida” (Marinovich, 2012, p. 29). Por esse trabalho, homens e mulheres recebem cerca de R\$ 1.000,00 mensais (valor aproximado de quatro mil *rands*, salário recebido pelo grupo na moeda local).

Ainda que o destaque dessa notícia não objetive a satanização das instituições sindicais – pela avaliação negativa evidenciada na reportagem –, é muito significativa a forma como o poder aqui é expresso: pelo jornalista que endossa a visão corriqueira do poder (vinculado ao Estado e a outros pilares que representam o poder político institucionalizado) e, pelos trabalhadores, que ousaram colocar-se de uma outra forma, para além do que sugerem as organizações formais que medeiam as negociações no âmbito da relação capital-trabalho.

O conhecimento de exemplos desse viés convida, por certo, ao estudo da obra de Michel Foucault. Isso se dá, não apenas porque, conforme diversos estudiosos salientam, ele tornou-se um autor de referência quando os estudos recaem nesse tema; mas, pela concepção original que desenvolveu e pela abertura de prerrogativas que o seu trabalho oportuniza.

É conveniente observar que, não obstante a relevância que o estudo desse tema ganhou em sua obra, o próprio Foucault esclarece que não foi uma questão que o mobilizou *a priori*; como se ele, em um *insight*, a tivesse descoberto e a

perseguido tenazmente, em busca de elucidação. Em diferentes oportunidades, o autor comenta sobre os diferentes objetos que o mobilizaram em sua trajetória de pesquisa, até que chegasse a essa necessária temática: “Não acho que fui o primeiro a colocar esta questão. Pelo contrário, me espanta a dificuldade que tive para formulá-la” (Foucault, 2010b, p. 5).

Nesse sentido, para os interessados na ampliação de conhecimento acerca das ideias de Michel Foucault, *Microfísica do Poder* (2010b) é um livro cujo título é um convite quase irresistível. A leitura e o estudo dos artigos que compõem essa densa e diversificada coletânea, lançada originalmente na Itália e depois no Brasil, possibilitam a antevisão dos vários caminhos pelos quais o autor articula suas concepções sobre o tema.

No afã de sistematizá-las, é possível cair na tentação de pinçar, entre um artigo e outro, as formulações diretamente relacionadas a esse ponto de interesse. Contudo, essa alternativa logo se mostra contraproducente, tal a relação dessa problemática ao conjunto do trabalho foucaultiano, conforme diferentes estudiosos e o próprio autor observam .

Tendo proferido sua aula inaugural no Collège de France em 02 de dezembro de 1970, já em 1971, tem-se referências diretas ao poder nas anotações resumidas dos cursos ministrados, quando Foucault falará sobre as "Teorias e instituições penais", divulgando sua inicial "hipótese de trabalho":

[...] as relações de poder (com as lutas que as atravessam ou as instituições que as mantêm) não desempenham, em relação ao saber, unicamente um papel de facilitação ou obstáculo; não se contentam em favorecê-lo ou estimulá-lo, em falsificá-lo ou limitá-lo; poder e saber não estão ligados um ao outro pelo simples jogo dos interesses ou das ideologias; [...] (Foucault, 1997, p. 19).

Afirmando que sistemas vinculados ao saber "de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento" são formas de poder que se articulam com outras, Foucault reafirma a pertinência da amalgamação "poder-saber", lembrando que "Nenhum poder [...] se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber" (Foucault, 1997, p. 19).

Exemplificando, o autor se remete a três formas de "poder-saber", relacionadas ao poder político - através dos quais "o poder foi exercido" e o saber

estabelecido -, fortemente ancoradas no fazer jurídico, mas que tiveram um lugar no processo de "formação das ciências empíricas".

A primeira forma poder-saber é a *medida*, estudada em curso anterior a esse sobre Teorias e Instituições Penais (1970-1971), conforme informação do próprio Foucault. Característica da *pólis* grega, a medida é definida duplamente como "meio de estabelecer a "ordem justa" e como "matriz" da Matemática e da Física.

O *inquérito*, segunda forma de poder-saber , procedimento para constatação ou restituição do ocorrido, foi originariamente usado na Idade Média, estudado por Foucault em 1971-72.

Como essa abordagem temática é contemporânea à sua fala, a forma "poder-saber" *inquérito* é ainda mais ressaltada por Foucault: o inquérito "[...] define o que deve ser constituído como saber, como, de quem, e por quem é extraído; de que maneira desloca-se e transmite-se" (Foucault, 1997, p. 21), até onde se acumula e sustenta um veredicto; de maneira que tal "sistema inquisitório" torna-se [nos séculos XII e XII, a partir de suas origens administrativa e religiosa], "uma das matrizes jurídico-políticas mais importantes" do saber ocidental (Foucault, 1997, p. 22).

Como terceira forma poder-saber ressaltada por Foucault, o *exame*, a ser estudado no ano seguinte (1973), é entendido como "meio de fixar ou de restaurar a norma, a regra" e, também, "a exclusão" (Foucault, 1997, p. 20-21).

Em 1973, Michel Foucault veio ao Brasil. Nas cinco Conferências que proferiu, entre 21 e 25 de maio na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, discorreu sobre os saberes referentes ao ser humano, oriundos de práticas sociais peculiares: o controle e a vigilância; sobre a "análise dos discursos"; sobre sua "teoria do sujeito" (Foucault, 2011, p. 8-9) e, sobretudo, sobre a finalidade de duas formas de poder-saber: o inquérito (Foucault, 2011, p. 53-78) e o exame; desenvolvendo também uma análise do Panóptico e a constituição da sociedade disciplinar, tal qual se estabelecera na transição do século XVIII para o século XIX (Foucault, 2011, p. 79). Convém observar que esse último assunto, já enfatizado em seu curso no Collège de France, é o conteúdo de *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, lançado em 1975, cuja tradução *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão* foi lançada no Brasil em 1977.

Ao final das Conferências, intelectuais reúnem-se em uma mesa de

debates, oportunidade na qual Foucault, em resposta a comentários de Hélio Pelegrino e Luís Costa Lima sobre a Psicanálise e a relação entre analista e paciente, discorrerá sobre o poder:

Não quis absolutamente identificar poder e opressão. Por que? Primeiro, porque penso que não há um poder, mas que dentro da sociedade existem relações de poder – extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes níveis, onde umas se apoiam sobre as outras e onde umas contestam as outras. Relações de poder muito diferentes vêm se atualizar no interior de uma instituição, por exemplo, nas relações sexuais temos relações de poder, e seria simplista dizer que são a projeção do poder de classe. [...] Essas relações são sutis, múltiplas, em diversos níveis, e não podemos falar de *um* poder, mas sim descrever as relações de poder, tarefa longa, difícil e que acarretaria longo processo (Foucault, 2011, p. 153-154, grifo do autor).

Em paralelo à ideia de que "o poder não oprime", o autor explica que o poder pode relacionar-se ao prazer, destacando, igualmente, o seu poder criador exemplificado nos tipos de saber que é capaz de produzir. Será enfático ao repetir: "Logo, não aprovo a análise simplista que consideraria o poder como uma coisa só" (Foucault, 2011, p. 154).

No que tange às referências à uma "tomada do poder" – tema em voga na sociedade brasileira que vivenciava àquele tempo a ditadura militar – Foucault alinhava, lembrando da extinta União Soviética:

[Lá] temos um regime onde as relações de poder na família, na sexualidade, nas fábricas, nas escolas, são as mesmas. O problema é saber se podemos, dentro do regime atual – transformar em níveis microscópicos – na escola, na família – as relações de poder de tal maneira que, quando houver uma revolução político-econômica, não encontremos, depois, as mesmas relações de poder que encontramos agora (Foucault, 2011, p. 154-155).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault analisa como a "economia do castigo" se altera em alguns países europeus, embora detenha-se, particularmente, na história francesa (Foucault, 2011a, p. 33). Situa que, o corpo deixou de ser o objeto final da repressão penal, extinguindo-se, pouco a pouco, o suplício – cerimônia pública de punição, com grande participação do povo, caracterizada pela prolongada exposição do corpo do criminoso e acompanhamento do sofrimento através do qual, lenta e cruelmente, exauria-se sua vida (Foucault, 2011a, p. 13; 43-45; 56). Não obstante, ao ressaltar a ocorrência do suplício – ocasião em que, se "revela a

verdade" e, sob o pretexto de "fazer justiça", se "reativa o poder do soberano" (Foucault, 2011a, p. 49; 54) e -, Foucault contextualiza que sua concretização, através da roda, da forca e da fogueira, correspondiam a cerca de 10% das penas, havendo preferência por alternativas como banimento, multa, marcação com ferrete e açoite (Foucault, 2011a, p. 34).

Suas pesquisas atentam para o surgimento de um corpo de conhecimentos, saberes, discursos e técnicas que, constituídos como mecanismos extra-jurídicos (documentos periciais, o laudo psiquiátrico, a antropologia criminal, a criminologia), eximem o juiz de ser, sozinho, "aquele que castiga" (Foucault, 2011a, p. 22, 25- 26). Reflexionando sobre os métodos de punição, como técnicas que atendem à uma tática política, o autor preocupa-se em estudar "como o próprio corpo é investido pelas relações de poder" (Foucault, 2011a, p. 27).

Nesse contexto, um dos fundamentos da punição também se modifica, já que procurar-se-á "Não tocar mais no corpo, ou [tocar] o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente" (Foucault, 2011a, p. 16). Assim, já não se desejando a "encenação da dor" - que o suplício arrastava, fazendo render -, a prisão, os trabalhos forçados e a deportação, baseados na perda de um bem ou um direito, passam a ser mais frequentemente aplicados (2011a, p. 16, 19-20).

Ao falar sobre a disciplina – "anatomia política do detalhe", "tecnologia específica de poder" -, Michel Foucault chama a atenção para o quanto o corpo foi "descoberto como objeto e alvo do poder" (Foucault, 2011a, p. 132, 134, 185), podendo ser "submetido", "utilizado", "exercitado", "transformado", "aperfeiçoado", "adestrado", "esquadrinhado", "desarticulado", "recomposto", "docilizado", através do poder disciplinar.

Para o autor, essa "anatomia política", essa "mecânica do poder" – que dirá "como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros" (Foucault, 2011a, p. 133) - não emerge furtivamente e em bloco: ao contrário, tem procedências várias, instalando-se a partir de múltiplos processos de mínima escala "que se repetem ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros [...] entram em convergência e esboçam aos pouco a fachada de um método geral" (Foucault, 2011a, p. 134).

Essa "anatomia política", essa "mecânica do poder", ou seja, essa "microfísica do poder" é composta por técnicas, praticadas tanto em instituições disciplinares (como os colégios, as escolas primárias, o hospital, as instituições

militares e as fábricas), quanto em processos como a colonização, a escravidão e os cuidados com a primeira infância (Foucault, 2011a, p. 133-134). Sua visibilidade permite a percepção de que sejam "novas técnicas de poder" talvez contemporâneas do "progresso das sociedades e a gênese do indivíduo", o homem do humanismo moderno, que tiveram lugar no século XVIII (Foucault, 2011a, p. 136; 154).

As análises da possibilidade de um corpo articular-se a outros, fazendo parte, como um elemento, de um quadro ou uma máquina muito segmentada; a organização dos tempos que, apesar de individuais, devem se combinar em séries, com a "prescrição de manobras" e exercícios são "grandes técnicas" das quais a disciplina lança mão no processo de docilização dos corpos.

Contudo, será pensando sobre a existência de "um sistema preciso de comando", sinalizado (seja com voz, gestos, uso de campainhas e apitos, como no caso da prática escolar de ensino mútuo (muito em voga nos anos 1816), que resulte no comportamento esperado, que Foucault sistematizará uma ideia importante em suas ponderações sobre o poder: é daí que explicita a importância dessas táticas.

A tática é um tipo de saber, ligado à guerra, a que os intelectuais do século XVIII consideravam "o fundamento geral de toda prática militar"; sendo "sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar" (Foucault, 2011a, p. 161).

Abordando os dispositivos que possibilitam o exercício do poder disciplinar, o autor dá relevo à vigilância, à punição e ao exame, destacando desse último: ele "*inverte a economia da visibilidade no exercício do poder*" (Foucault, 2011a, p. 179, grifo do autor); institui o "caso", baseado na ênfase dos códigos (vinculados ao saber valorizado de alguém) e da instituição do "poder de escrita" desse outrem em relação ao indivíduo (Foucault, 2011a, p. 179-183).

Michel Foucault acentua que, entre os séculos XVII e XVIII, a assunção das disciplinas caracteriza um período de "troca do eixo político de individualização", favorecido pela forma poder-saber *exame* (Foucault, 2011a, p. 184; 187). Dessa forma, a fabricação dos indivíduos por um poder, requerendo um saber, oportuniza um alerta de Foucault, reiterado em outras oportunidades (Foucault, 1997; Pol-Droit, 2006, p. 84):

Temos de deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos:

ele "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "abstrai", "mascara", "esconde". Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam dessa produção (Foucault, 2011a, p. 185).

Enriquecendo o estudo das disciplinas, a partir da leitura de um regulamento sobre as medidas necessárias ao controle da epidemia de peste, parte do *Archives militaires de Vincennes*, redigido no século XVII, Foucault passa ao estudo do *Panopticon*.

O Panóptico, arquitetado por Jeremy Bentham cento e cinquenta anos depois da peste epidêmica, parece coroar o esforço de Foucault no estudo do poder e dos dispositivos disciplinares. Mostrando o quanto formas arquitetônicas e sua organização interna - perpetuadas nas imagens, plantas baixas e fotografias anexadas a *Surveiller et punir* – trabalharam em prol da vigilância, do controle e da correção, o panoptismo tornou-se significativo ícone da nascente sociedade disciplinar, caracterizando relações de poder contemporâneas (Foucault, 2011, p. 103; Foucault, 2011a, p. 194, 198).

Na quarta conferência realizada na PUC-Rio, em 24 de maio de 1973, o autor já explicara em que consistia essa engenhosa construção:

[...] era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando a sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar do vigilante que observava através de venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo (Foucault, 2011, p. 87).

Especificamente, o Panóptico altera a lógica da visibilidade, sendo uma "máquina de dissociar o par ver-ser visto", investindo nesse desequilíbrio que "automatiza e desindividualiza o poder (Foucault, 2011a, p. 191), podendo criar uma relação fictícia: já não é imprescindível que haja um vigia, já que existe um indivíduo que assim se sabe e não pode conferir sua real condição:

Ao classificar, organizar e facilitar a inspeção dos indivíduos isolados, a

potencialidade do invento de Bentham "permite aperfeiçoar o exercício do poder" (Foucault, 2011a, p. 195), ensejando usos e experiências variantes. É "uma figura de tecnologia política" que "funciona como uma espécie de laboratório do poder", eficaz em sua "capacidade de penetração no comportamento dos homens" (Foucault, 2011a, p. 193-194). De sorte que as instituições disciplinares já citadas (militares, educacionais, fabris, hospitalares, entre outras) são instituições panópticas que se propõem à expansão, seja da produção, da informação, da moralidade pública e do quê mais se fizer cabível (Foucault, 2011a, p. 197).

Referindo-se vezes seguidas a um *micro-poder*, poder econômico, político e que é, certamente, "judiciário" - por sua prerrogativa de avaliar, comparar, qualificar, recompensar e punir (Foucault, 2011, p. 120) -; Foucault o chama de *sub-poder*, visto que não se trata "do que é chamado tradicionalmente de poder político; não se trata de um aparelho de Estado, nem na classe no poder; mas do conjunto de pequenos poderes, de pequenas instituições situadas em um nível mais baixo" (Foucault, 2011, p. 125).

É interessante observar a preocupação do autor em analisar esse sub-poder também a partir do trabalho, já que, em sua análise, foi preciso o estabelecimento de "uma trama de poder político microscópico, capilar, [...] fixando os homens ao aparelho de produção" (Foucault, 2011, p. 125).

Ele situa não apenas a estruturação fabril (com o rigor que transforma o corpo em força de trabalho, a disciplina cotidiana, o controle do tempo), mas, também, as "instituições de sequestro", como as caixas de assistência que, além dos controles fabris habituais, controlam a economia do operário: "Vemos assim como a destruição do sobre-lucro implica necessariamente o questionamento e o ataque ao sub-poder" (Foucault, 2011, p.116-124; 125).

Embora Michel Foucault não tenha "uma concepção global e geral sobre o poder" (Foucault, 2010a, p. 227) e não tenha com ele se preocupado em um livro específico, intentou-se delinear aqui suas ideias centrais. Contudo, a vasta literatura sobre o assunto, seja a diretamente produzida a partir dos escritos e falas de Foucault, seja aquela elaborada por estudiosos das muitas temáticas sobre as quais ele se debruçou, deixam a impressão de que há muito mais a ser dito.

Assim, lamenta-se não ter aqui aprofundado, por exemplo, a avaliação de Foucault de que se a "segunda metade do século XIX descobriu os mecanismos de exploração, talvez a tarefa da segunda metade do século XX seja descobrir os

mecanismos do poder" (Pol-Droit, 2006, p. 95). Pensamento também desenvolvido em entrevista concedida em Paris, em 1977 (Foucault, 2010c, p. 225) e; o quanto Foucault não se vê como um inovador, por ter alçado o poder a um patamar de estudo de grande relevância (Foucault, 2010c, p. 233).

Avalia-se o quão enriquecedor seria ter abordado a própria leitura que o autor faz sobre a influência de autores como Nietzsche (Pol-Droit, 2006, p. 93) e Karl Marx (Foucault, 2010c, p. 227; p. 272; Pol-Droit, 2006, p. 74; 76; 83-88; 90) em suas formulações sobre o poder, bem como ter relacionado a sociedade medieval, baseada na soberania, e a sociedade disciplinar que a sucedeu.

Pensa-se, por fim, em passagens como as quais Foucault salienta que "nós somos todos não somente o alvo de um poder, mas também seu transmissor, ou ponto de onde emana um certo poder" (Pol-Droit, 2006, p. 95). Referências que fazem com que o autor se situe em um importante flanco: a interface com os movimentos sociais, como o feminismo e os movimentos estudantis, que contaram com o seu reconhecimento (Foucault, 2010c, p. 267).

É assim que, embora receba críticas por um certo androcentrismo (Perrot, 2006, p. 64), não tenha se referido utilizando-se de "*gênero*" e tenha uma leitura bem peculiar sobre identidade, que não conta com a adesão daquelas que labutam pelos direitos femininos (Pol-Droit, 2006; Perrot, 2006, p. 65; Scavone, 2006, p. 86), pode-se, com efeito, afirmar que "A análise foucaultiana dos poderes é adequada à pesquisa sobre as mulheres e suas relações de sexo" (Perrot, 2006, p. 65). Soma-se a isso a luta de Michel Foucault contra os essencialismos, além de suas pesquisas que envolvem o corpo, as formas poder-saber, a sexualidade, o biopoder e as estratégias de resistência fornecerem alicerce para muitos debates entre as pessoas que se dedicam aos estudos de gênero (Perrot, 2006; Scavone, 2006; Rago, 2006; Swain, 2006).

Dessa forma, não é dispensável "ouvi-lo":

[...] na França, em geral, entendem-se também como poder os efeitos de dominação que estão ligados à existência de um Estado e ao funcionamento dos aparelhos de Estado. O poder: imediatamente, o que vem à mente das pessoas é o exército, a polícia, a justiça. Para falar da sexualidade: outrora, condenavam os adúlteros, condenavam os incestos; hoje, condenam os homossexuais, os violentadores. Ora, quando se tem esta concepção do poder, penso que o localizamos somente nos aparelhos de Estado, enquanto as relações de poder existem, passam por muitas outras coisas. As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais

e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo (Foucault, 2010c, p. 231-232).⁷

Sua tão conhecida "microanálise" da ação do poder sobre os corpos" (Pol-Droit, 2006, p. 45), assim como a importância do processo de resistência (nem sempre comentada), oferece o alicerce para que ele desenvolva uma perspectiva não determinista sobre o poder, conforme sua própria observação:

Enfim, é preciso dizer também que não se podem conceber essas relações de poder como uma espécie de dominação brutal sob a forma: "Você faz isto, ou eu o mato." Essas não são senão situações extremas de poder. De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável (Foucault, 2010c, p. 232).

Além da crítica já feita por Sader e de outras restrições feitas ao fato de Foucault estabelecer diferentes nortes analíticos secundarizando os valorizados "Grandes Poderes", o próprio autor conhece os senões feitos à sua produção, por vezes, contra-argumentando. No que tange à censura de que "se o poder está em toda parte, é impossível a resistência" (Foucault, 2010c, p. 232), o autor esclarece:

[...] procuro ver como se atam, em torno dos discursos considerados verdadeiros, os efeitos de poder específicos, mas meu verdadeiro problema, no fundo, é o de forjar instrumentos de análise, de ação política e de intervenção política sobre a realidade que nos é contemporânea e sobre nós mesmos (Foucault, 2010c, p. 240).

E no âmbito das sociedades capitalistas, Foucault endossa a importância da relação poder-saber, advertindo que:

[...] para que existam as relações de produção que caracterizam as sociedades capitalistas, é preciso haver, além de um certo número de determinações econômicas, estas relações de poder e estas formas de funcionamento de saber. Poder e saber encontram-se assim firmemente enraizados; eles não se superpõem às relações de produção, mas se encontram enraizados muito profundamente naquilo que as constitui (Foucault, 2011, p. 126).

⁷ O autor fez análise similar sobre a extensão do poder do Estado, em conferência realizada em abril de 1978, em Kioto, no Instituto Franco-Japonês de Kansai (Foucault, 2010c, p. 268).

Ao longo de 1975, em entrevistas ao jornalista Roger Pol-Droit, Foucault retoma questões que finalizam *Surveiller et punir*, falando sobre a prisão, a transmutação do infrator em delinquente e sobre o encarceramento, a partir de Mettray (1840). Enfatiza haver uma "tecnologia de poder fino e cotidiano, do poder sobre os corpos" (Pol-Droit, 2006, p. 47), discorrendo sobre suas vivências na Tunísia capitalista (1966-1968) e na Polônia socialista. Experiências pessoais que o inspiraram ao reflexionar sobre esse poder a que faz referência frequentemente:

Dois meses antes de maio de 1968, eu vi, na Tunísia, uma greve de estudantes que literalmente banhou a Universidade em sangue. Os estudantes eram levados para o subsolo, onde havia uma cantina, e voltavam com o rosto sangrando porque tinham sido espancados com matracas. [...]

A dupla experiência Polônia-Tunísia equilibrava minha experiência política, e por outro lado, me remetia a coisas das quais, no fundo, não tinha suficientemente suspeitado em minhas puras especulações: a importância do exercício do poder, estas linhas de contato entre o corpo, a vida, o discurso e o poder político.

Nos silêncios e nos gestos cotidianos de um polonês que sabe que é vigiado, que espera estar na rua para lhe dizer alguma coisa, porque sabe muito bem que no apartamento de um estrangeiro há microfones por toda parte, na maneira pela qual abaixa-se a voz quando se está num restaurante, na maneira como se queima uma carta, enfim, em todos esses pequenos gestos sufocantes, tanto quanto na violência crua e selvagem da polícia tunisiana se abatendo sobre uma faculdade, atravessei uma espécie de experiência física do poder, das relações entre corpo e poder (Pol-Droit, 2006, p. 88-89).

Ao ser indagado sobre a possibilidade de ter-se "uma sociedade sem poder", o autor não titubeia: considera desnecessária a proposição, já que "O poder vai tão longe, penetra tão profundamente, é veiculado por uma rede capilar tão cerrada, que você se pergunta onde ele não existiria" (Pol-Droit, 2006, p. 95).

Lembrando que "O saber aparece ligado, em profundidade, a toda uma série de efeitos de poder", Michel Foucault vincula esse debate à sua obra, situando que "A arqueologia é, essencialmente, esta detecção" (Pol-Droit, 2006, p. 94). Durante debate com estudantes na *Founders Room do Pomone College*, em maio de 1975, em Los Angeles, o autor comenta longamente acerca de uma importante articulação: "O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder" (Foucault, 2010c, p. 253).

É para essa intersecção entre poder e discurso que convergem os estudos aqui enfeixados. Tendo em vista esse escopo, sob o discurso recairá a atenção nos trechos seguintes do presente capítulo.

3.2. Focalizando a Análise do Discurso

Desde a etapa inicial de planejamento do presente estudo, a busca por um caminho que possibilitasse a análise “do que comunicam”, “de como dizem” e “do contexto” no qual os sujeitos que tinham algo a dizer sobre a inserção dos homens nas instituições de educação infantil articulam sua fala, redundou na eleição da análise de discurso como um dos possíveis vieses importantes nessa empreitada.

Em pesquisa anterior, já citada, também referida à educação infantil (Barbosa, 2006), a análise de conteúdo havia oferecido o suporte desejado naquele momento e circunstância. Contudo, a veemência com que algumas ideias iam e vinham, articuladas por mulheres e homens que atuavam como AACs e que eram divulgadas em fóruns de discussão virtual, bem como sua riqueza e complexidade sinalizaram que o trabalho deveria ser de outra ordem.

A complexidade dos dados que eram tornados, de certa forma, públicos através das redes sociais, mostravam sua vinculação com amplas temáticas, tais como: o exercício do poder institucionalizado por parte das chefias; um exercício do poder clamado pelos familiares atendidos; a ação dos AACs homens reunindo argumentos para se fortalecerem individualmente e manterem em seus cargos, apesar das adversidades enfrentadas em um território feminino. Temas que se articulavam e já estavam constituídos como históricos pontos de luta – tais como temáticas referentes ao gênero, à separação das esferas do público e do privado, à luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, à vivência da sexualidade, à cultura e às possibilidades da repactuação de valores sociais.

Esse quadro clarificava que havia algo mais do que um conteúdo a ser, novamente, pisado e repisado nas análises que, por certo, seriam empreendidas ao longo da pesquisa que se estava propondo. Estabeleceu-se também a certeza de que dever-se-ia abrir mão das conhecidas e definidoras categorias sob as quais

pesquisa e estudos anteriormente realizados já tinham se alicerçado. A univocidade a que os arranjos categoriais dava lugar, ao realçar a explicação do pesquisador, pareceu pouco adequada aos propósitos desse trabalho.

Assim, assomou-se aos estudos de gênero e ao conhecimento da obra de Michel Foucault, mais um desafio: o trabalho com Análise do Discurso (AD).

Nesse percurso, para conhecer as nuances do trabalho nesse campo, foi definidor a compreensão de que, no dizer de Décio Rocha (2011), “a Análise de Discurso não 'é', a “Análise de Discurso são”; já que dois profissionais podem identificar-se como "analistas do discurso" e estarem realizando trabalhos bem distintos. Por esse motivo, a adesão ao trabalho em Análise do Discurso, por si só, não define uma posição teórica: trabalhando-se com o discurso, as posições teóricas podem ser muitas.

Complementarmente, valiosos aspectos foram sendo ressaltados, contribuindo para que, paulatinamente, o trânsito nessa seara se fizesse com mais segurança: o esclarecimento de que "discurso não é texto", estando para além desse tipo de registro; o entendimento de que trabalhar fazendo a Análise do Discurso não implica, tão somente, uma escolha metodológica – o que já lhe indicaria um lugar, ainda que muito acanhado, nos trabalhos acadêmicos – e; por fim, já mirando a perspectiva foucaultiana, o fato de que o discurso não é algo escondido no texto, expresso nas entrelinhas e cujo "sentido" precisa ser descoberto pelo analista.

A respeito de uma pretensa inserção da AD em trechos metodológicos, Eni Orlandi também adverte que esta não deve ser vista "apenas como instrumento para outras disciplinas" (Orlandi, 1994, p. 54). Firmando seus comentários nas ideias de Michel Pêcheux – para o qual "quando um instrumento é transferido de um ramo da ciência para outro [...] esse instrumento é reinventado" (Orlandi, 1994, p. 55) – a autora lembra que, nesse caso, faz-se mister um restabelecimento da "relação teoria, objeto e prática científica, em que o discurso entra como um campo de questões posto para essas disciplinas" (Orlandi, 1994, p. 55), sem esgotar-se em servir para um útil fim, qual seja "analisar" determinado material.

Quanto a desconfiança que se pode experimentar em haver certa ocultação do sentido no que é expresso pelos sujeitos participantes da pesquisa, Inês Lacerda Araújo pondera que a "linguagem não serve para 'dizer' a 'realidade'. Não há simplesmente de um lado a significação (palavras), que representaria as coisas,

consideradas como entes em si, que estariam do outro lado, como puros dados" (Araújo, 2004, p. 216).

Nesse sentido, Décio Rocha igualmente afirma:

[...] inútil acreditar que a verdade esteja lá, distante, bem guardada no interior dos textos e travestida sob a aparência enganosa da materialidade linguística que é preciso saber atravessar: a "verdade" que ele [o analista de conteúdo] descobre é proporcional às lentes que ele próprio fabrica para proceder à leitura dos textos – uma verdade inventada pelas grades semânticas que ele próprio constrói, magicamente tornadas "naturais" num movimento de esquecimento desse seu momento prévio de invenção (Rocha, 2012, p. 49).

Demais pesquisadores, como Marcello Paniz Giacomoni e Anderson Zalewski Vargas (2010) colaboram para o entendimento dessas ideias, já contextualizando a análise de Foucault sobre a história – disciplina sobre a qual há reflexões mais adiante - e a transformação que esta opera ao transformar os documentos em monumentos. Ponderam esses autores que, pela veia arqueológica, "os [próprios] sujeitos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles" (Giacomoni; Vargas, 2010, p. 122).

Quanto à inscrição da AD no âmbito epistemológico e acadêmico, recorrendo-se a Dominique Maingueneau, àqueles que não são de berço linguista surpreende tomar conhecimento de que "O lugar de uma disciplina dessa natureza não estava previamente inscrito no campo do saber" (Maingueneau, 1997, p. 9) – ainda que, atualmente, esta seja acionada de forma significativa.

3.2.1.

Sua constituição histórica: os contextos francês e brasileiro

Helena Brandão situa os anos 1950 como um divisor de águas na área de Análise do Discurso: é nesse período que a AD constituir-se-á como disciplina e despontarão trabalhos, como os de Harris, R. Jakobson e Benveniste, assinalando a necessidade de ampliação de horizontes dos estudos até então realizados considerando-se os enunciados. Esse encaminhamento - aliado à valorização do quadro institucional a partir do qual os discursos são produzidos e do destaque dos

cenários circundantes (histórico, social e político) - oportunizará a ultrapassagem da preocupação que se tinha anteriormente com a estrutura do texto em si, com as frases, somente (Brandão, 2004, p. 13; 17).

Francine Mazière, igualmente, salienta estrato de apontamento de Z. S. Harris, datado de 1952:

A análise do discurso dá uma multiplicidade de ensinamentos sobre a estrutura de um texto ou de um tipo de texto, ou sobre o papel de cada elemento nessa estrutura. A linguística descritiva descreve apenas o papel de cada elemento na estrutura da frase que o contém. A AD nos ensina, além disso, como um discurso pode ser construído para satisfazer diversas especificações [...] (Harris, 1952, *apud* Mazière, 2007, p. 7).

Com efeito, Brandão e Mazière apontam que, no âmbito da AD, intenta-se "definir o seu campo de atuação, procurando analisar inicialmente *corpora* tipologicamente mais marcados, sobretudo nos discursos políticos de esquerda – e textos impressos" (Brandão, 2004, p. 16; Mazière, 2007, p. 15), sendo premente traçar o que lhe é específico no vasto terreno da Lingüística e, também, nas demais áreas.

Pesquisadores da disciplina referem-se a um interesse inicial, nos idos de 1960 e notadamente na escola francesa de Análise do Discurso, de um forte cunho político de sua utilização: a interface Filosofia, Psicanálise e Marxismo garantia sua vertente crítica e contestadora da realidade social.

Essa tradição – da qual Michel Pêcheux é um dos grandes ícones - influencia sobremaneira as produções em Análise do Discurso na Academia brasileira até hoje. Eni Orlandi, uma de suas principais teóricas⁸ elucidada:

A Linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem: ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria. Esta afirmação é fundamental para a Análise do Discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz

⁸ Convém observar que, pela amplitude do trabalho dessa autora, não é imotivado o reconhecimento de sua obra por Francine Mazière: além de listar um dos artigos de Orlandi como um textos atuais para estudos em AD (Mazière, 2007, p. 123), ele aponta que "É sem dúvida, no Brasil, essencialmente em Campinas, SP, nos trabalhos dirigidos por Eni Orlandi que a questão do sujeito, organizada pela ideologia e pelo inconsciente, pôde ser o mais completamente explorada. As equipes têm, ao mesmo tempo, um excelente conhecimento dos textos fundamentais da AD (tudo foi traduzido) e uma dupla prática da AD, pela crítica e pela verificação em *corpora* diversificados [...] (Mazière, 2007, p. 65).

termo-a-termo, isto é, não se passa diretamente de um a outro [...]. Por outro lado, a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz histórias mas esta também não lhe é transparente. [...] (Orlandi, 2007, p. 19).

Ao refinar como essas correntes influenciaram em uma certa abordagem da Análise do discurso, no âmbito da vertente de trabalho que propugna, Eni Orlandi prossegue:

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões do conhecimento – Psicanálise, Lingüística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (Orlandi, 2007, p. 20).

É assim que, desde os anos 1960, segundo Pêcheux (*apud* Maingueneau, 1997), além dos linguistas, historiadores e psicólogos demonstram interesse na AD - quadro esse muito alargado atualmente: estudos contemporâneos demonstram que esses e outros campos das ciências humanas e sociais - da qual a própria Lingüística faz parte - como a Antropologia, a Comunicação, a Sociologia e a Filosofia (Maingueneau, 1997; Mazière, 2007, p. 101) são responsáveis pelo sucesso estrondoso dos estudos dessa disciplina, a despeito – e, por certo, até justificando - a polissemia que o termo assumiu.

O crescente interesse pela AD explica-se, de acordo com Maingueneau, entre muitos aspectos, pelo fato de que, mesmo com a "defesa do campo" propalada por alguns linguistas (como se a AD "estivesse para a" Lingüística somente) – aspecto comentado também por Mazière (2007, p. 7, 10), esse é um caminho de trabalho que "se refere à linguagem apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas" (Maingueneau, 1997, p. 11-12).

Atento à experiência francesa inicial e às interrogações surgidas nesse encontro interdisciplinar promovido pela AD – que reúne momentos do qual tomou parte pessoalmente -, Mazière distingue as preocupações da AD dos

intentos puramente gramaticais:

A gramática trabalha com frases como "o lobo come o cordeiro", estrutura sintático-semântica [...] em que nem o lobo nem o cordeiro têm um referente no mundo. O discurso leva em conta o enunciado atestado, produzido no modo segundo o qual essa relação frástica, ou um de seus termos, pode tomar sentido por meio de uma discursividade datada e especificada, seja em uma fábula, ou como grito do pastor, ou como frase de abertura de caça ao lobo, ou como manchete de jornal[...]. Ela não define o termo lobo em uma classificação lexicográfica, mas analisa como uma interdiscursividade pode afetar o seu sentido [...] e qual é o uso do termo nesse ou naquele contexto linguístico e social (Mazière, 2007, p. 12-13).

Mazière, assinalando que *enunciado* ("um dado") e *discurso* ("uma investigação") não fazem referência a um mesmo (Mazière, 2007, p. 14), registra ainda:

[...] A AD não trata da coordenação e de suas regras gramaticais, mas pode analisar o sentido e os efeitos das ocorrências [...].

Ela não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação (Mazière, 2007, p. 12-13).

Aproximando-se da prática de pesquisa, Mazière assinala que nessa esfera "não [se] trabalha a partir de exemplos, quer se trate de frases pronunciadas ou de textos exemplares, mas com *corpora*" - que propõe-se a ser bem mais que "mera colagem de textos" - (Mazière, 2007, p. 14):

O estabelecimento de um *corpus* mobiliza a posição do analista sobre a língua e o seu funcionamento [...], sua posição acerca dos falantes e seu grau de autonomia [...], sua posição diante das pressões impostas pelos gêneros de fala (*corpus* homogêneo ou heterogêneo) (Mazière, 2007, p. 14).

A partir da recordação do interesse da AD pelos textos políticos, o autor explora a ideia de "condições de produção" do enunciado, cuja avaliação sobre sua estabilidade e homogeneidade nos anos 1960, calcava-se nas "situações de comunicação" – delimitações essas influenciadas pelo marxismo (Mazière, 2007, p. 15).

Hoje, o exame do desenvolvimento da AD na França demonstra o quanto a

obra de Pêcheux - que, sendo formado em Filosofia, manteve "um enfrentamento contínuo com a Linguística" (Mazière, 2007, p. 48) – já não tem a mesma adesão de outrora nesse país⁹: "O fato de ele ser tão pouco citado atualmente é de ordem política [por sua vinculação a um certo pensar esquerdista, de base marxista], mas também de ordem intelectual", conforme adverte Mazière (2007, p. 57). Nesse país, Dominique Maingueneau, P. Charaudeau, D. Ducard são exemplos de pesquisadores que seguem vitalizando as discussões, embora muitos outros poderiam alargar essa lista (Mazière, 2007, 101-105).

Mazière especifica ainda: mesmo que nem todos os participantes do grupo de Michel Pêcheux, dissolvido após a sua morte em 1983, tenham prosseguido com análises baseadas em Marx (Mazière, 2007, p. 47-48), há um território consolidado em AD para os marxistas ainda hoje.

Considerando-se o cenário existente em outras nações, escritos de Pêcheux e Foucault são referenciados na Alemanha e a obra do inglês Norman Fairclough – autor de referência para a ACD (Análise Crítica do Discurso) -, em seu país de origem. Grize e Roulet participam ativamente do debate em AD na Academia suíça (Mazière, 2007, p. 105, 115).

Ao reiterar que a AD "de inspiração linguística" não pode ser reduzida a uma "sub-área" desse campo – sendo mais "uma zona de contato entre a Linguística e as ciências humanas e sociais", vindo a compor o espectro maior das ciências da linguagem (Maingueneau, 2006, p. 1), Maingueneau assevera que "Há de fato ciências sociais de pesquisa que se valem da AD, mas que não se apoiam na Linguística; elas se inspiram, por exemplo, em Michel Foucault" (Maingueneau, 2006, p. 1), tal qual far-se-á nesse estudo.

3.2.2. Sua utilização no Serviço Social

Sem desconsiderar a inserção institucional do trabalho ora produzido, convém mencionar que estudos interessados no discurso, da qual a análise do

⁹ Mazière (2007, p. 57) observa que, em 1981, J.-J. Courtine e J.-M. Marandin, referindo-se ao campo da AD, comentavam a premência de "descosturar as heranças" de Foucault, Saussure e Althusser. Posteriormente, a herança de Michel Pêcheux foi incluída nesse rol.

discurso é parte, não são comuns na área de Serviço Social. As pesquisas produzidas nessa área constituem-se, frequentemente, estudos qualitativos baseadas em análise de conteúdo e em livre análise de fontes diversas, sejam primárias (como as leis e documentos produzidos no âmbito governamental) ou secundárias, de cunho bibliográfico, entre outros.

Satisfatoriamente, Regina Marsiglia em *Orientações Básicas para a Pesquisa* até indica que, considerando-se o aspecto metodológico, "percebem-se no Serviço Social nos últimos anos, uma valorização das pesquisas qualitativas, dos estudos de casos, dos instrumentos e técnicas de entrevistas, principalmente entrevistas semi-estruturadas, da análise de conteúdo e de discurso" (Marsiglia, 2006, p. 18). Contudo, esmiuçando informações sobre a análise desses dados, acaba por enfatizar a análise de conteúdo, não só dedicando-lhe um item específico nos comentários que elabora, como ressaltando o trabalho de Laurence Bardin – pesquisadora de referência para essa proposta metodológica – ao citá-la textualmente (Marsiglia, 2006, p. 18).

Convém realçar que Regina Marsiglia é uma das poucas pesquisadoras que, em se tratando de discorrer sobre a pesquisa em Serviço Social, dedica um espaço para os aspectos metodológicos, considerando-se metodologia e material, da forma como, de praxe, são divulgados nos trabalhos científicos.

Invariavelmente, os autores que se propõe a refletir sobre esse tema, observam a importância da pesquisa para os profissionais da área, o estatuto do Serviço Social no âmbito das Ciências Sociais e a importância de Marx e do método crítico-dialético. Ao sinalizar a suficiência do citado método para o estudo de seus objetos de pesquisa, quaisquer outras definições metodológicas fazem-se desnecessárias.

Dessa forma, a despeito de quaisquer esclarecimentos formais, na prática, leitores interessados na produção que emerge dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social têm ao seu dispor, de forma predominante em alguns contextos, os trabalhos de revisão e crítica bibliográfica, de cunho eminentemente teórico. Nesses casos, ainda que seus autores não assumam, encontram-se repetidas análises de conteúdo; componentes metodológicos como entrevistas, questionários, anotações feitas nos diários de campo (quando o trabalho em um campo está previsto), para citar alguns exemplos, nos raros momentos em que são utilizados, por vezes, assumem um papel meramente instrumental, desconectados

que são, por vezes, das análises elaboradas.

Mal grado a existência desse quadro, pode-se localizar, contudo, pesquisadores que optam por caminhos metodológicos diferenciados, vitalizando o trabalho feito na área.

Assim é que, em 1999, quando Maria Carmelita Yasbek traz a público *Classes subalternas e assistência social* chama a atenção o fato de ela que "sempre se dedicou às macronálises, à construção das totalidades" dedicar-se-á a um "mergulho no cotidiano, na representação do subalterno", prova de "sua coragem e ousadia para o novo" (Sposati, 1999, p. 9).

Certamente, a opção por um novo recorte, no estudo de um objeto sob o qual a autora se debruça há muitos anos, "convidou-a" a empreender uma nova abordagem. Sem abrir mão da criticidade que lhe é característica, Yasbek mantém as referências a clássicos autores marxistas, acionando também autores pouco considerados no Serviço Social para elaborar suas análises, como Erving Goffman (1970), Hannah Arendt (2007), Pierre Bourdieu (1989, 1990), Franco Ferrarotti (1990) – autor de referência nos trabalhos que envolvem história de vida e autobiografias -, Denise Jodelet (1989) – referência nos estudos sobre representações sociais, além do próprio Michel Foucault (2011a) e de Eni Orlandi (1983), já citada por sua importância nos estudos sobre discurso e linguagem.

Cabe contextualizar - ainda que não seja temática sobre a qual recaia o interesse de debate ampliado por ora – que, os debates a que o Serviço Social deu lugar nos últimos trinta anos explicam parte do rechaço em relação ao discurso e, conseqüentemente, em relação à AD: ao fazer uma direta vinculação da temática a propostas não-marxistas, faz-se a leitura de que por vezes, "tratar do discurso" é avaliado como alternativa pós-moderna (rótulo que a própria obra de Michel Foucault tem recebido em alguns círculos) e, por isso, visto como alinhado aos interesses do grande capital, cujo óbvio interesse é a conservação do sistema, da ordem capitalista.

As ilusões do pós-modernismo, de autoria de Terry Eagleton (1998), é uma das obras que reúne elementos que permitem visualizar os porquês de algumas dessas críticas¹⁰: em sua análise, em um contexto de baixa adesão às propostas de

¹⁰ Perry Anderson elogia a abordagem de Eagleton como uma das "contribuições mais importantes" à suplementação das críticas ao pós-moderno desenvolvidas pelo teórico marxista Jameson, ao estudar seus aspectos ideológicos (Anderson, 1999, p. 93; 133), o que demonstra a

sociedade alternativas ao capitalismo, há uma proliferação de reivindicações em torno das "políticas de identidade", em detrimento de políticas baseadas na classe social; com a mobilização social em torno das chamadas "micropolíticas", vive-se tempos de desvalorização da chamada "ação política de grande projeção", em torno dos sindicatos e partidos políticos, por exemplo (Eagleton, 1998, p. 13; 18).

Em tom jocoso e irônico, Eagleton comenta a "falência temporária dos movimentos políticos concomitantemente de massa, de centro e produtivos" (Eagleton, 1998), em um cenário em que "sistema, consenso e organização" perdem terreno para um "relativismo tolerante". Fariam parte desse cenário político adverso para as lutas contra o grande capital, o acionamento da linguagem e da sexualidade: "Palestras intituladas 'Restituindo o ânus a *Corialanus*' atrairiam hordas de acólitos excitados, pouco versados em burguesia, mas muito em sodomia" (Eagleton, 1998, p. 13).

Conforme sua visão, o pensar pós-moderno – do qual Foucault, aquele que "tem sonhos malucos de multiplicidade", bem representa" (Eagleton, 1998, p. 39) - distingue "poder na impotência", admite um "discurso do corpo" que "saracuteia carnavalesco" denunciando uma "última forma de repressão"; apregoando, ainda, certo tipo de particularismo baseado em uma "diferença sem hierarquia", ignorando certo universalismo (Eagleton, 1998, p. 91; 73; 111).

Em âmbito nacional, Jair Ferreira dos Santos, também elabora crítica nesse sentido, acentuando que, desde os anos 1960, quando o pensamento pós-moderno passou a influenciar a filosofia, iniciou-se uma desconstrução de valores, saberes e experiências, dando-se vazão a leituras outras do mundo.

Em seu entendimento, "*Desconstruir* o discurso não é destruí-lo, nem mostrar como foi construído, mas pôr a nu o não dito por trás do dito, buscar o silenciado (reprimido) sob o que foi falado" (Santos, 2008, p. 70, grifo do autor). Não obstante essa sua acepção de discurso, para Santos há um apelo para um ecletismo que propõe, por exemplo, o diálogo do marxismo com a Psicanálise (p. 80), em um rol de interesses pós-modernos que descartam as "grandes causas". Assim, se "a modernidade teve intensa mobilização política (duas guerras mundiais, revoluções, guerras anticoloniais), a pós-modernidade se interessa antes pelo transpolítico: liberação sexual, feminismo, educação permissiva, questões

vívidas no dia a dia" (p. 92).

Retomando as considerações de Eagleton, este afirma:

[...] No início dos anos 70, era comum ver teóricos culturais discutindo o socialismo, os signos linguísticos e a sexualidade; no final dos anos 70 e início dos 80, eles continuavam com a lengalenga sobre signos linguísticos e sexualidade; pelo fim dos anos 80, falavam sobre sexualidade. Não se tratava, vale dizer, de um desvio para outra coisa, visto que a linguagem e sexualidade são políticas até a raiz dos cabelos; mas se revelou [...] uma maneira valiosa de deixar para trás algumas questões políticas clássicas, tais como porque a maioria das pessoas não dispõe do suficiente para comer, que acabaram escorraçadas da ordem do dia (Eagleton, 1998, p. 31).

Acrescentando, mais uma vez, que "A linguagem da subjetividade imediatamente suplantou e suplementou questões de ação e organização política" (Eagleton, 1988, p. 33), o autor avalia que, no âmbito do pós-modernismo, está avalizado "falar da cultura humana mas não da natureza humana, de gênero mas não de classe, do corpo mas não da biologia, de fruição mas não de justiça, do pós-colonialismo mas não da burguesia mesquinha" (Eagleton, 1988, p. 34).

O pós-modernismo, concomitantemente "libertário e determinista, sonha com um sujeito humano livre de limitações, deslizando feito um desvairado de uma posição a outra" (Eagleton, 1998, p. 37). Propugna o autor, igualmente, em defesa da "crítica radical", que "isto se dá porque a crença, o interesse, ou o discurso, agora elevou-se ao tipo de posição transcendental já ocupado por uma subjetividade universal" (Eagleton, 1998, p. 44).

Com efeito, analisa o autor:

[...] numa época em que se falar de 'consciência' perdeu o *sex-appeal*, seria mais aconselhável falar do mundo como uma construção do discurso, digamos, e não da mente, ainda que em muitos aspectos no final não fizesse diferença. Tudo se tornaria uma interpretação, inclusive essa afirmação, em que a idéia de interpretação se apagaria por completo e deixaria tudo exatamente como estava (Eagleton, 1998, p. 23).

Finalizando, o autor faz a necessária ressalva sobre a existência de reivindicações femininas e pelos direitos civis antes da emergência do pós-modernismo, reiterando que este "ajudou a colocar questões de sexualidade, gênero e etnicidade com tanta firmeza na pauta política, a ponto de não concebermos sua retirada sem uma luta tremenda" (Eagleton, 1998, p. 31, 131).

Em que pese esse amplo e multifacetado cenário, parece haver o entendimento de que o discurso é "um algo viscoso", pouco definido, cuja análise depende de interpretação, "particularidades suas" que o colocam sob suspeita: onde a "concretude"? Onde estaria "a verdade", se cada um pode abusar de "ler" o discurso como bem lhe aprouver? Considerar o discurso? Relativismo demais. Estratégia para distrair, esfumando os assuntos mais "duros" da vida, certamente, reais merecedores de investigação científica.

A inexploração da análise do discurso responde, inclusive, pela pouca visibilidade que até mesmo a obra de autores clássicos marxistas que se ocuparam do discurso, como Mikhail Bakhtin, tem na área.

Sob um outro ângulo, convém observar que, além dos pesquisadores supra mencionados, já há quem inclua a preocupação com o discurso em análises sobre o Serviço Social brasileiro. Teresa Kleba Lisboa (2010), por exemplo, aponta que um "saber eurocêntrico e androcêntrico deixou marcas profundas na profissão", criticando os frequentes desencontros entre a área de Serviço Social e a abordagem das questões referentes a gênero – a despeito das incontáveis situações rotineiras com os quais os assistentes sociais estão envolvidos (Lisboa, 2010, p.66). Ela enfatiza que a profissão, - que investiu na superação dos formalismos positivistas, mantendo uma aliança com os "ideais da classe trabalhadora" no processo de Reconceituação, culminado na década de 1990:

[...] ao incorporar a teoria marxiana, [...] sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça, etnia e de gênero (Lisboa, 2010, p. 67).

Lisboa assinala o quão reducionista é o "discurso técnico" preponderante na profissão: a definição de questão social – objeto-base dos debates na área – referida somente à contradição capital-trabalho (excluindo da definição, temáticas também profundamente vinculadas ao "social" porque parte do viver humano) assumida pela Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social – ABEPSS.

“Discurso” é acionado na crítica da autora que, reportando-se a Foucault,

afirma a existência dos "regimes de verdade" no Serviço Social e argumenta:

Até que ponto o discurso sobre emancipação política proposto pelo marxismo [notadamente tal qual difundido na área] conseguiu superar o trabalho de cunho assistencialista demandado pelas instituições que contratam profissionais de Serviço Social? Da mesma forma que há uma divisão do trabalho, também há uma divisão linguística, uma hierarquia do discurso; a apropriação de um discurso é a apropriação de uma política da verdade que, por sua vez, marginaliza outras e gera exclusão! Existe uma única verdade para o Serviço Social (Lisboa, 2010, p. 68).

Essa questão da objetividade-verdade, por certo, é grave e merecedora de investimento na seara acadêmica. Não é difícil localizar posicionamentos - seja nas produções acadêmicas ou em relances do cotidiano das salas de aula no Ensino Superior - de estudiosos que se autoindicam ao posto de "desveladores 'da verdade' sobre a estrutura e vida na sociedade capitalista".

De forma quase automática, nesse âmbito, falar de “verdade” remete ao sentido que lhe é atribuído por Perry Anderson, quando fundamenta o caráter nefasto do pós-modernismo tanto do ponto de vista político – pelo "seu desprezo do sujeito centrado em favor das digressões erráticas do desejo" – quanto econômico – por "sua rejeição de quaisquer valores fundamentados ou verdades objetivas [que] solapa as legitimações dominantes do Estado" (Anderson, 1999, p. 133).

Daí a concluir-se que, o que importa é "seguir em frente sem olhar para os lados", sem ouvir o que o outro tem a dizer porque a ‘verdade’ está comigo” tem sido um passo, inclusive quando se pretende "fazer ciência". De forma que a ampliação do debate sobre “de que verdade se fala”, considerando os aspectos filosóficos e epistemológicos que lhe são inerentes, faz-se urgente.

3.2.3. Contribuições de Michel Foucault

Não procuro encontrar, por trás do discurso, alguma coisa que seria o seu poder e sua fonte, tal como em uma descrição do tipo fenomenológico, ou com em qualquer outro método interpretativo. Eu parto do discurso tal qual ele é! (Foucault, 2010b, p. 253).

O trabalho de Foucault é pródigo nas referências sobre o discurso, como toda a discussão desenvolvida já permitiu antever. E, apesar de se debutar nesse campo de estudos, logo a perspectiva foucaultiana para os estudos do discurso foi se aclarando, sempre relacionada ao conjunto de trabalhos que corporificam a obra desse filósofo, descortinando um arcabouço teórico totalmente novo na experiência pessoal da pesquisadora.

Tal qual ocorre com a questão do poder, alguns autores reiteram que a “obra de Foucault é uma reflexão sobre o discurso” (Rouanet *et al.*, 1971, p. 9, 11) ou simplesmente reiteram a importância que esse autor tem nos estudos do discurso (Araújo, 2004, p. 216; Veyne, 2011, p. 16), por este constituir-se em temática privilegiada em suas reflexões. Consultando seus estudos, verifica-se, mormente, a articulação entre dois relevantes objetos de estudo: poder e discurso.

De outra parte, Paul Veyne indica que, no difícil pensamento foucaultiano "discurso" foi um termo que "criou muitas confusões", assumindo singularidades: ao "estudar discursos mais do que práticas, ou práticas mediante discursos", a ligação das noções propostas por Foucault quando dialogam com a Linguística é de forma "parcial, ou acidental, ou circunstancial". E isso ocorre em uma época, como a da publicação de *L'Archéologie...*, em que o Estruturalismo e a Linguística estão em voga (Veyne, 2008, p. 282).

Assim, o amigo e ouvinte de Foucault no Collège de France registra:

Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que é assim dito. Ora, essa observação prova que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes. Então, vemos que o discurso não é nem semântica, nem ideologia, nem implícito. Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra, pelo contrário, que elas nos enganam, que nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais, governados ou Estado, enquanto essas coisas não passam de correlato das práticas correspondentes [...] E o discurso [...] é o que é realmente dito, sem que os locutores o saibam: esses crêem falar de maneira livre, enquanto ignoram que dizem coisas acanhadas, limitadas por uma gramática imprópria; [...] (Veyne, 2008, p. 252).

Michel Foucault subverte a lógica explicativa de muitas concepções sacralizadas, principalmente, no campo científico – fato que ficou ainda mais

evidente com a publicação de *As palavras e as coisas*, em 1966 -, reconhecendo o estranhamento que suas propostas provocaram, bem como sua originalidade (Foucault, 2010, p. 233); empreendendo esforços para esclarecer seus pontos de vista. *L'Archéologie du savoir* tem esse objetivo.

Esse fato não é indiferente a Didier Eribon que, ao sistematizar dados da biografia do autor, como uma póstuma homenagem, comenta : Foucault "escreve com ardor e se debate como um demônio em meio às noções de enunciado, formação discursiva, regularidade e estratégia. Todo um vocabulário que tenta estabelecer e fixar; todo um jogo de conceitos que se esforça para definir e articular" (Eribon, 1990, p. 178).

A concepção de "enunciado" apresentada por Foucault – brevemente estudada ao longo desse trabalho -, embora tenha influenciado, ao longo dos anos, ou-tros estudos, é uma das construções que não se reveste de nenhuma simplicidade. Assim, os docentes que ouviram a apresentação de Jules Vuillemin (que ocupava uma das cátedras de Filosofia no Collège de France à época da eleição de Foucault para o corpo docente dessa instituição, em 30 de novembro de 1969) durante a defesa da criação da cadeira "História dos sistemas de pensamento" (e que antecederia, como recomendava a praxe, a indicação do docente responsável por ela), sequer desconfiaram de que tal concepção quase colocara por terra o trabalho iniciado por Jean Hyppolite, já em 1966: a indicação de Michel Foucault para fazer parte do seletto corpo docente do Collège de France - "santuário da instituição universitária francesa" (Eribon, 1990, p. 198).

A oportunidade de atuar o Collège seria um coroamento dos esforços do pesquisador Michel Foucault que, em maio de 1967 – quando pensava em uma colocação profissional, um ano antes de deixar a Tunísia e retornar à França - chega a registrar em carta dirigida ao ex-professor e amigo Georges Canguilhem: "[...] O Collège parece demais para mim, não trabalhei o suficiente para pretender tanto" (Eribon, 1990, p. 184).

Na narrativa de Didier Eribon, Jules Vuillemin e Foucault:

[...] discutem aspectos que convém evidenciar. E como Vuillemin tem a preocupação de apresentar um relatório bem claro e compreensível aos colegas de todas as disciplinas, pede a Foucault que explicita vários pontos a seu ver mal definidos. Tudo corre às mil maravilhas até que chega o momento de esclarecer a noção de "enunciados" [...]. Então o candidato e seu "apresentador" esbarram em sérias dificuldades. Foucault explica e torna a explicar o que quis dizer, e

Vuillemin continua achando a noção obscura. Foucault se irrita e vai embora, batendo a porta e acusando Vuillemin de má-fé. Torna-se necessária "uma cerimônia de reconciliação" para os dois retomarem o trabalho e Vuillemin concluir seu relatório (Eribon, 1990, p. 201).

O fato de Paul Veyne conhecer o trabalho de Michel Foucault o autoriza a salientar que o pensamento desse pesquisador "só se precisou ao longo dos anos" tendo um "vocabulário técnico [que] foi por muito tempo flutuante" (Veyne, 2011, p. 26). Concordando, ainda que em certa parte, com o "áspero" Vuillemin sobre a noção de "enunciado", Veyne avalia que os livros de Foucault "são, incontestavelmente, difíceis" (Veyne, 2011, p. 232; 35). Comenta, inclusive, que na sua busca pela singularidade de um dado discurso à la Foucault, não obteve êxito, "pois o método foucaultiano ultrapassa [sua] capacidade de abstração" (Veyne, 2011, p. 46).

Por certo, os membros do Collège entenderam que não estavam diante de um pesquisador como outros. A candidatura de Michel Foucault foi eleita e, em 02 de dezembro de 1970, vem a público o pronunciamento do novo docente do Collège, reelaborado, sem cortes, no pequeno *A Ordem do Discurso* – livro que, juntamente com *Arqueologia do Saber*, é bastante consultado por trazer o pensamento do autor sobre o tema que o intitula.

Para Michel Foucault, "discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder" e deve ser compreendido "como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado" (Foucault, 2010, p. 254).

Ainda que confira tal importância ao discurso, este não é concebido isoladamente: o autor o situa como um elemento de um sistema de poder maior que, juntamente com outros elementos - como as instituições e as regulamentações (que também não deixam de exprimi-lo) - estabelecem vínculos que merecem ser estudados.

Nesse sentido Foucault esclarece:

O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isso é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de

acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. Considerando sob esse ângulo, o discurso não é nada além de um acontecimento como os outros, mesmo se, é claro, os acontecimentos discursivos têm, em relação aos outros acontecimentos, sua função específica (Foucault, 2010, p. 255-256).

Nessa perspectiva, é patente que o estudo do discurso desenvolve-se considerando a amplitude do contexto social, em seus aspectos econômicos, políticos e históricos; muito embora Foucault tenha fustigado estudiosos desses diferentes campos, consignando concepções peculiares que, indubitavelmente, produziram incômodos.

Entre as peculiaridades de seu pensar, o elenco de estudos foucaultianos não credita primazia a nenhum desses aspectos isoladamente; ainda que, por vezes, minimize um ou outro em certas análises, como ele mesmo avalia. Ainda assim, não se pode dizer que é um estudioso que negue a existência dos muitos determinantes da realidade social.

Ao discorrer sobre *O Nascimento da Clínica e A História da Loucura*, o autor valoriza a singularidade dos discursos científicos estudados por ele, destacando o discurso da psicopatologia. Recorda Foucault que "todos os contextos institucionais, sociais e econômicos desse discurso eram importantes" (Rouanet; Merquior, 1971, p. 20).

O prosseguimento desse estudo o conduziu ao estudo da fisiopatologia, objetivando "identificar o sistema institucional, e o conjunto das práticas econômicas e sociais" que influenciaram decisivamente na constituição de uma "medicina científica" (Rouanet; Merquior, 1971, p. 21). Com essa explicação, inclusive, Michel Foucault indica sua discordância em relação às críticas, de uma pretensa anti-historicidade que caracterizaria o seu trabalho.

Posteriormente, nessa mesma entrevista, na tentativa de explicar o objetivo de *A Arqueologia do Saber*, o autor ressalta:

Podemos dizer que para mim a *Archéologie* não era nem completamente uma teoria, nem completamente uma metodologia. Talvez seja este o defeito do livro; mas eu não podia deixar de escrevê-lo. Não é uma teoria na medida, por exemplo, em que eu não sistematizei as relações entre as formações discursivas e as formações sociais e econômicas, cuja importância foi estabelecida pelo marxismo de uma forma incontestável. Essas relações foram deixadas na sombra (Rouanet; Merquior, 1971, p. 17).

Em que pese o fato de *A Arqueologia* ser consultada como um livro preñado de orientações para aqueles que têm o interesse de “pôr a mão na massa” no trabalho em AD, – o que faz com que alguns pesquisadores a ela se refiram como uma obra portadora de aspectos "metodológicos" (Giacomoni & Vargas, 2010, p. 121; Veyne, 2011, p. 23,46) – para seu próprio autor, o conteúdo desenvolvido caminha em outro norte:

[...] deixei de lado, na Archéologie, os problemas puramente metodológicos. Isto é: como trabalhar com êsses instrumentos? É possível fazer a análise dessas formações discursivas? [...] Podemos então perguntar o que é a Archéologie, se não é nem uma teoria nem uma metodologia. Minha resposta é que é alguma coisa como a designação de um objeto: uma tentativa de identificar o nível no qual precisava situar-me para fazer surgir êsses objetos que eu tinha manipulado durante muito tempo sem saber sequer que êles existiam, e portanto sem poder nomeá-los (Rouanet & Merquior, 1971, p. 18).

A vinculação que Foucault estabelece entre as suas obras mais conhecidas endossa esse ponto de vista: "Digamos que na *Historie de la Folie* e na *Naissance de la Clinique* eu ainda era cego para o que fazia. Em *Les Mots et les Choses*, um olho estava aberto e o outro fechado [...]. Enfim, na *Archéologie*, tentei precisar o lugar exato de onde eu falava" (Rouanet & Merquior, 1971, p. 19).

A partir de um questionamento feito por Sérgio Paulo Rouanet – no qual há referência às “práticas sociais” (contexto social, político e econômico) consideradas como “práticas extradiscursivas” (Rouanet & Merquior, 1971, p. 19)¹¹, Michel Foucault pode explicar que suas pesquisas possibilitaram que ele visualizasse duas temáticas importantes: a existência das “simultaneidades epistemológicas” - ou seja, cientistas de diferentes áreas, que não travam nenhum contato, trabalhando independentemente e em locais diversos, chegam a resultados próximos, que indicam o uso dos mesmos novos princípios - e no fato de os “conceitos científicos não [exprimirem] as condições econômicas nos quais surgiram” (Rouanet & Merquior, 1971, p. 22-23).

É nesse contexto que o autor explicitará esse seu segundo interesse de

¹¹ De acordo com o que Foucault postulava em *O Nascimento da Clínica, A História da Loucura e As Palavras e as Coisas* (embora essa discussão tenha ficado subsumida nessa última) observa-se que essas mesmas “práticas sociais” foram redefinidas como “práticas pré-discursivas” em *A Arqueologia do Saber*.

estudo ao sistematizar *As palavras e as coisas*:

[...] o vínculo entre as formações econômicas e sociais pré-discursivas e o que aparece no interior das formações discursivas é muito mais complexo que o da expressão pura e simples, em geral o único aceito pela maioria dos historiadores marxistas. Em que, por exemplo, a teoria evolucionista exprime êste ou aquêlê interêsse da burguesia, ou esta ou aquela esperança da Europa? Mas se o vínculo existente entre as formações não-discursivas e o conteúdo das formações discursivas não é do tipo “expressivo”, que vínculo é esse? O que se passa entre os dois níveis – entre aquilo do que se fala, sua base, se quiserem – e êsse estado terminal que constitui o discurso científico? (Rouanet & Merquior, 1971, p. 23-24).

Conhecer esse itinerário, explicitado pelo próprio Foucault, facilita o entendimento de suas propostas e conclusões. Comentando sua segunda preocupação em *As palavras e as coisas* (além do interesse no estudo das “simultaneidades epistemológicas”), prossegue o autor, chegando à abordagem feita em *A Arqueologia...*

[...] tentei apreender as transformações da gramática, da história natural e da economia política não ao nível das teorias e teses sustentadas, mas ao nível da maneira pela qual se formaram os seus conceitos, da maneira pela qual o sujeito cognoscente se situava em relação a êsse domínio de objetos. É isto que chamo o nível arqueológico da ciência, em oposição ao nível epistemológico. [...] A análise arqueológica é a análise da maneira [...] pela qual os objetos são constituídos, os sujeitos se colocam, e os objetos se formam (Rouanet & Merquior, 1971, p. 25).

Ao permitir que o pensamento do próprio autor seja evidenciado no diálogo que busca-se estabelecer com seus textos, pode-se rever o quanto os aspectos históricos são importantes em sua obra, embora tenha sido criticado outrora por alguns, tido como um autor que “nega” essa área do conhecimento (Rouanet & Merquior, 1971, p. 21). Essa crítica, contudo, também foi questionada por outros autores, não sendo uma opinião consensual (Guedez, 1977, p. 34).

Nesse sentido, Gregolin assevera que a “discussão do conceito de “história” e sua relação com o “método” arqueológico é central em *A Arqueologia do Saber*, e dessa articulação derivam seus principais conceitos ligados à teoria do discurso” (2007, p. 93-94).

Em entrevista concedida a Duccio Trombadori, em meio à discussão sobre

sua vinculação ao estruturalismo – enquadramento que julgou equivocado - Foucault resume novamente sua pretensão nesse livro, lançado em 1969:

Y entonces yo intenté mostrar que todos mis trabajos giraban en torno a una serie de problemas del mismo tipo: como se puede analizar ese particular objeto que son las producciones discursivas, tanto en lo que respecta a sus reglas internas como en lo relativo a sus condiciones de aparición, de surgimiento. Así nació *La Arqueología del saber* (Trombadori, 2010, p. 108).

Assim, na acepção foucaultiana, o discurso tem uma “realidade material de coisa pronunciada ou escrita”; possuindo, também, uma “existência transitória destinada a se apagar”, com “uma duração que não nos pertence” (Foucault, 2010a, p. 8).

Não por acaso, o autor já sugerira especial atenção aos deslocamentos e transformações dos conceitos – através dos quais discursos também são enunciados - , porque

A história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração (Foucault, 2010, p. 4-5).

Reflexionando sobre as repercussões que esta perspectiva traria para as abordagens históricas, comenta: “E assim, o grande problema que vai se colocar [...] não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; [...] não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos” (Foucault, 2010, p. 6).

Ainda que não se queira dar a impressão de “caminhar em círculos” ora comentando “discurso”, ora “Arqueologia”, ora “História”, não há como deixar de articular a importância dessa última com a visão do autor sobre discurso e o fazer arqueológico. O caráter histórico que impregna a proposta analítica de Foucault ganha ênfase na abordagem do discurso como “série de acontecimentos” (Foucault, 2010b, p. 255). Essa ideia é tão basilar em suas reflexões que ele afirma:

[...] Utilizo a palavra ‘arqueologia’ [do grego arché = começo e do francês= arquivo (“que designa a maneira como os elementos discursivos foram registrados e podem ser extraídos”) por duas ou três razões principais. A primeira é que [...] [o] termo “arqueologia” remete, então, ao tipo de pesquisa que se dedica a extrair os acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo. Uma outra razão pela qual utilizo essa palavra concerne a um objetivo que fixei para mim. Procuro reconstituir um campo histórico em sua totalidade, em todas as suas dimensões políticas, econômicas, sexuais. Meu problema é encontrar a matéria que convém analisar, o que constitui o próprio fato do discurso. Assim, meu projeto não é o de fazer um trabalho de historiador, mas descobrir porque e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos. Se faço isso, é como o objetivo de saber o que somos hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas [...] (Foucault, 2010c, p. 257-258).

Em outras palavras, Annie Guedez (1977) sustenta que a palavra "arqueologia" poderia trazer à mente o ato de escavar, descobrir o que está escondido, sendo que, na abordagem de Foucault, não há a pretensão da interpretação: tem-se, tão somente, "a ambição de 'tornar visível o que é invisível por estar demasiadamente na superfície das coisas" (Guedez 1977, p. 35-36).

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault fala sobre a constituição da História como um campo do saber, lembrando que “[...] Atos e limiares epistemológicos descritos por G. Bachelard prescrevem, desta forma, para a análise histórica, não mais a pesquisa dos começos silenciosos, precursores, mas a identificação de um novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos” (Foucault, 2010, p. 4).

Ao resumir sua “arqueologia” como “um modo de abordagem” (Foucault, 2010, p. 156) - , ele afirma, reiteradas vezes , que “as análises de textos históricos atribuem-se o objetivo de buscar o “não-dito” do discurso, o “recalcado”, o “inconsciente” do sistema; sugerindo que deve-se “abandonar esta atitude e ser, ao mesmo tempo, mais modesto e mais bisbilhoteiro” (Pol-Droit, 2006, p. 51).

Maria do Rosário Gregolin pontua que “Foucault procura retirar do campo das ciências humanas as certezas já estabelecidas”, fazendo luz sobre o discurso “no nível das coisas ditas” efetivamente (Gregolin, 2007, p. 92): sua pretensão é estudar “os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”, não

“pensamentos, representações, imagens”.

Em se deixando a preocupação pelo “não-dito”, a “lógica do inconsciente deve, então, ser substituída por uma lógica da estratégia. “Encontrar este discurso explícito implica, evidentemente, abandonar o material universitário e escolar dos ‘grandes textos’. Deve haver assim uma preocupação em privilegiar as “táticas com seus dispositivos” – explica Foucault (Pol-Droit, 2006, p. 52).

O privilegiamento de outros registros, ditos como “menores” – em importância e, conseqüentemente, em visibilidade – determinou a vinculação dos trabalhos de Foucault aos *Annales* e, também, à chamada “Nova História Cultural”, como bem salientam Peter Burke (2010; 2005) e Gregolin (2007, p. 91). É nesse sentido que, como bem analisa a autora, essa aproximação de Foucault com uma outra forma de “fazer História” é também uma das recorrências de *A Arqueologia...* e que “traz como efeito a centralidade da relação entre práticas discursivas e a produção histórica dos sentidos” (Gregolin, 2007, p. 91).

Para fins de ilustração, ampliando a compreensão da repercussão dos trabalhos de Foucault no campo historiográfico, a “Escola” ou “movimento dos *Annales*”, como prefere Peter Burke (2010, p. 13), foi iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, sendo responsável pelo desenvolvimento de trabalhos que propugnavam a escrita de “uma nova história”, interessada na história social, focada nos problemas, na sensibilidade e nos valores, privilegiando abordagens interdisciplinares. Posteriormente, desenvolveram-se estudos das mentalidades, consideradas como parte do aparato cultural (Burke, 2010, p. 12, 36, 41-42).¹²

Peter Burke elenca a tríplice preocupação dos historiadores dos *Annales*:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar,

¹² O comitê editorial do primeiro volume de *Annales d'histoire économique et sociale* era composto também por um economista (Charles Rist) e um cientista político (André Siegfried). A leitura de Peter Burke é importante fonte para a compreensão do que foi a “Escola dos *Annales*” – movimento que demonstra o seu “jeito” de “escrever a história” na edição da referida revista -, reconhecida por ter empreendido uma “Revolução Francesa” na Historiografia (Burke, 2010, p. 17, 143). O autor lembra, inclusive, a inserção de Georges Duby, nos anos 1960, no âmbito da história das mentalidades, sendo um de seus “mais destacados historiadores”. Ao lado de Jacques Le Goff, reconhece Duby como um dos membros do “núcleo central” dos *Annales* (Burke, 2010, p. 11; 97). No seio dessa nova forma de fazer a História, enquanto disciplina, estudos sobre a história da infância, do sonho, do corpo, do odor, do medo e da morte são exemplos das muitas possibilidades de trabalho (Burke, 2010, p. 90-95).

visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras (Burke, 2010, p. 12).

A chamada “segunda geração” dos *Annales* caracterizou-se pela ascendência de Fernand Braudel, a partir de 1949. Seu pensamento, no entanto, continuara impregnado da preocupação original de seus idealizadores, a despeito da heterogeneidade característica dos pesquisadores que atuaram na perspectiva dos *Annales*:

A história dos eventos, ele sugere, embora “rica em interesse humano”, é também a mais superficial. “Recordo-me de uma noite, perto da Bahia, quando assistia absorto ao espetáculo pirotécnico de fosforescentes vagalumes; sua pálida luz brilha, desaparece, volta a brilhar, sem penetrar na noite com uma verdadeira luz. O mesmo acontece com os eventos, para além de seu brilho, a escuridão predomina (Braudel, 1980, p. 10). Em uma outra imagem poética, Braudel descreve os acontecimentos como “perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em sus fortes espáudas”. “Devemos aprender a desconfiar deles” (Ibidem, p. 21). Para compreender a história é necessário saber mergulhar nas ondas (Braudel, 1980 *apud* Burke, 2010, p. 52).

Tanto a fugacidade dos eventos quanto o imperativo de “mergulhar nas ondas” pretendem reiterar o quanto os historiadores desse movimento optaram por colocar em patamar secundário “a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens” (Burke, 2010, p. 17). Convém situar que essa “grande história” também fora contestada no século XVIII, quando estudiosos escoceses, franceses, italianos e alemães ousaram pesquisar as “leis do comércio, a moral e os costumes”, escrevendo uma “história da sociedade” e; também, em 1842, quando Jules Michelet quisera resgatar a história dos subalternos (Burke, 2010, p. 18-19).

Pelo exposto,

Apesar da crítica de Foucault à ideia de influência, torna-se difícil não utilizar o termo para descrever os efeitos de seus livros sobre os historiadores do grupo dos *Annales*. Graças a ele, descobriram a história do corpo e os liames entre essa história e a história do poder. Importante também no desenvolvimento intelectual de muitos historiadores da terceira geração foi sua crítica aos historiadores, em razão de sua “pobre ideia do real”; em outras palavras, a redução do real ao domínio do social, deixando de fora o pensamento. A recente virada em direção à

“história cultural da sociedade”, bem exemplificada em Chartier, deve muito à obra de Foucault (Burke, 2010, p. 111).

Conhecidas as repercussões das proposições de Michel Foucault, é interessante observar que Inês Lacerda Araujo (2004) analisa a interface que deve ser buscada entre duas análises que seu trabalho inspira: o "olhar do arqueólogo do saber", para caracterizar e estudar as formações discursivas e o "olhar do genealogista do poder" para analisar os dados históricos que conformam as formações discursivas no trinômio verdade-saber-poder (Araújo, 2004, p. 219).

Convém conhecer a analogia que o autor faz entre a proposta que norteia seus estudos e a atividade de um geólogo: “Ele olha as camadas do terreno, as dobras, as falhas. [A fim de que possa identificar:] “O que é fácil cavar? O que vai resistir? Observa de que maneira as fortalezas estão implantadas. [...]” (Pol-Droit, 2006, p. 70).

Foucault definirá as fases posteriores dessa empreitada:

Uma vez tudo isto bem delimitado, resta o experimental, o tatear. Envia-se informes de reconhecimento, alocam-se vigias, mandam-se fazer relatórios. Define-se, em seguida, a tática que será empregada. Seria o artilheiro? O cerco? Seria a tocaia ou bem o ataque direto? O método, finalmente, nada mais é que esta estratégia [a escolha da tática] (Pol-Droit, 2006, p. 69-70).

3.2.3.1.

As unidades do discurso na proposta arqueológica

Resultado de eleição ocorrida em 30 de novembro de 1969, a cátedra *História dos Sistemas de Pensamento* fora criada no Collège de France (Eribon, 1990, p. 202) e, em Aula Magna, proferida em 2 dezembro de 1970, conforme já comentado, Michel Foucault ratificou questões já presentes em *A Arqueologia do Saber*. Nascia, na ocasião, um opúsculo importante: *L'Ordre du discours*.

A renúncia a toda espécie de “origem” foi assim pronunciada por Foucault nos primeiros minutos de sua fala:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além

de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguindo a frase, me alojasse [...] em seus interstícios [...]. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível (Foucault, 2010a, p. 6)

Ainda sobre a “origem”, reflete o autor: “[...] a instituição [torna] os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância” (Foucault, 2010a, p. 7).

Ao abordar *As Unidades do Discurso*, o autor considera haver “em primeiro lugar, um trabalho negativo a ser realizado: libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam [...] o tema da continuidade (2010, p. 23), quais sejam: as noções “tradição”, “influência”, “desenvolvimento” e “evolução”. Cada uma dessas noções tem função precisa, ainda que possam apresentar falta de rigor em sua estrutura conceitual. Destaca-se aqui a “tradição” e sua função de “dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos [...] [autorizando] reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem” (Foucault, 2010, p. 23). As noções “desenvolvimento” e “evolução” “permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador; [...] descobrir, já atuantes em cada começo, um princípio de coerência e o esboço de uma unidade futura” (Foucault, 2010, p. 24).

Corroborando essas preocupações, Foucault reitera:

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que [...] são aceitos antes de qualquer exame [...]; é preciso desalojar essas formas [...] pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; [...]. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método, e em primeira instância, de uma população de conhecimentos dispersos (Foucault, 2010, p. 24).

Um segundo aspecto para o qual Foucault chama a atenção diz respeito ao fato de se considerar a forma como tanto a ciência, quanto a literatura, a filosofia e a religião, a história e a ficção, tornaram-se “espécies de grandes individualidades históricas” que já não nos inquietam como deveriam. Para ele, pode-se “admitir

[...] a distinção dos [seus] grandes tipos de discursos”, ainda que, com certa insegurança (Foucault, 2010, p. 24). Insegurança motivada pelo fato de que há enunciados “que eram, na época de sua formulação distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente” (Foucault, 2010, p. 24-25).

O autor remeter-se-á a dois aspectos como ilustradores dessa reflexão: o primeiro diz respeito ao fato de a literatura e a política, por sua recenticidade, só poderem ser mencionadas nos períodos Clássico e Medieval por “analogias formais” ou “semelhanças semânticas” e; lembra, também que literatura, política, filosofia e ciência não articulavam o campo do discurso da mesma maneira nos séculos XVII, XVIII e XIX (Foucault, 2010a, p. 25).

Em seu entendimento, contudo, literatura, política, filosofia e ciência podem ser “fatos de discurso ou [...] [podem ser] compostos por fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas [...]” (Foucault, 2010, p. 25).

Ao asseverar que “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (Foucault, 2010, p. 28), o autor argumenta acerca do terceiro aspecto que julga relevante no trato com o discurso: é necessário “renunciar a dois temas” que, apesar de vinculados, estão em oposição (Foucault, 2010, p. 27)¹³. Nesse caso, é importante a remissão às próprias palavras de Foucault:

- Um [tema] quer que jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro; que além de qualquer começo aparente há sempre uma origem secreta – tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente (Foucault, 2010, p. 27).

As consequências seriam a busca, por recuo, ao longo de “cronologias ingênuas”, a um ponto “jamais presente em qualquer história”, num cenário em que “todos os começos jamais poderiam deixar de ser recomeço ou ocultação” e; condenar-se-ia “a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda

¹³ Apesar de sugerir tais “renúncias”, Foucault adverte: “Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas” (Foucault, 2010, p. 28).

determinação histórica” (Foucault, 2010, p. 27-28).

- O outro tema prende-se ao fato de que todo o discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro (Foucault, 2010, p. 27).

Em relação à essa segunda temática, é significativa a análise do autor:

[...] Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz (Foucault, 2010, p. 28).

Diante desses dois aspectos que devem ser superados, Foucault conclui:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros (Foucault, 2010a, p. 28).

Foucault distinguirá o estudo dos acontecimentos discursivos da análise da língua e da história do pensamento em termos que oportuniza o esclarecimento do que poderia ser uma análise do discurso a partir do caminho que ele palmilha. Dado o caráter comparativo do texto por ele elaborado, os quadros a seguir têm por objetivo oferecer uma visualização das diferenças que o autor elenca em relação aos diferentes tipos de análise que se pode empreender:

QUADRO 1
COMPARAÇÃO ENTRE ESTUDOS BASEADOS NA ANÁLISE DA
LÍNGUA E NA DESCRIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS

ANÁLISE DA LÍNGUA	DESCRIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS
A existência de um sistema linguístico implica “um corpo de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso”, determinando regras para que se elaborem enunciados diversos daqueles que já existiram; “uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos” (Foucault, 2010, p. 30)	O campo dos acontecimentos [...] é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas; [ainda que possam] ser inumeráveis e [...] ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura” (Foucault, 2010, p. 30)
Questão que impõe: “Segundo que regras um enunciado foi construído e [...] outros enunciados poderiam ser construídos?” (Foucault, 2010, p. 30). Centra-se, portanto, no “conteúdo/critério.”	Questão que impõe: “Como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2010, p. 30). Pode-se dizer que centra-se no “processo”.

Fonte: TATAGIBA, A.P.; FONSECA, D. P. R. (2011)

QUADRO 2
COMPARAÇÃO ENTRE ESTUDOS BASEADOS NA
HISTÓRIA DOS SISTEMAS DE PENSAMENTO E NA DESCRIÇÃO
DOS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS

HISTÓRIA DOS SISTEMAS DE PENSAMENTO	DESCRIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS
A “infinitude” dos discursos necessários para definir um sistema de pensamento é sua característica.	“trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência [...], de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (Foucault, 2010, p. 31)
Questões que impõe: o que pretende o sujeito que fala? “o que ele quis dizer”?, qual “o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas”? Enfim, “o que se dizia no que estava dito?” (Foucault, 2010, p. 31)	Questão que impõe: Importa saber “como [este discurso] ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar”; impondo a seguinte indagação: “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (Foucault, 2010, p. 31)

Fonte: TATAGIBA, A.P.; FONSECA, D. P. R. (2011)

A idéia de *descontinuidade* é, assim, reafirmada, não apenas como “falha na genealogia da história”, como se existisse “um buraco a merecer uma explicação”; há uma descontinuidade no âmbito do próprio enunciado, fazendo com que “ele surja em sua irrupção histórica” (Foucault, 2010, p. 31), já que Foucault assim irá defini-lo, em primeira instância:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (Foucault, 2010, p. 31-32).

Pelo exposto, diferentes pesquisadores em AD, têm vitalizado a obra foucaultiana, estudando-a e contribuindo para o debate em torno das propostas que veicula. Maria do Rosário Gregolin, por exemplo, ressalta essa concepção de enunciado discursivo como acontecimento, entendendo que, para Foucault, “cada palavra, cada texto [entre as muitas possibilidades de expressão de um discurso], por mais que se aproxime de outras palavras e textos, nunca são idênticos aos que o precedem” (Gregolin, 2007, p. 92).

Disposto a “não negligenciar nenhuma forma de descontinuidade, de corte, de limiar ou de limite”, o autor buscará as características que podem fazer com que uma unidade enunciada seja da mesma “ordem” de discurso, façam parte de um mesmo tipo de “formação discursiva”.

Após verificar a não validade de quatro hipóteses por ele aventadas¹⁴, ele divulga exemplos que comprovam a não-linearidade e a heterogeneidade que caracteriza o que chamou de "formas de repartição" e "sistemas de dispersão" (Foucault, 2010, p. 42-43).

¹⁴ Estudando a forma como os enunciados de uma mesma unidade (como a gramática, a medicina, a economia política, a biologia) podem ser identificados, Foucault refletirá sobre quatro hipóteses: 1ª. “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto.” (Foucault, 2010, p. 36). Conclui, após refutar várias consequências dessa assertiva: “De modo paradoxal, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles - em outras palavras, formular sua lei de repartição” (Foucault, 2010, p. 37); 2ª. para estipular as relações buscadas entre os enunciados, seria necessário identificar “um certo *estilo*” (Foucault, 2010, p. 37) e, não seus objetos e conceitos, concluindo que: “Se há unidade, o princípio não é, pois, uma forma determinada de enunciados; não seria, talvez, o conjunto das regras que tornaram possíveis, simultânea ou sucessivamente, descrições puramente perceptivas, mas também [no caso da medicina – exemplo que o autor elege], observações tornadas mediatas por instrumentos, protocolos de experiências de laboratórios, cálculos estatísticos, constatações epidemiológicas ou demográficas, regulamentações institucionais, prescrições terapêuticas?” (Foucault, 2010, p. 38-39). E Foucault, a partir disso, resume: “Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição” (Foucault, 2010, p. 39); 3ª. a determinação do “sistema dos conceitos permanentes e coerentes” (Foucault, 2010, p. 39) redundaria no estabelecimento dos “grupos de enunciados” que compõem um campo? Valeria, contudo, tentar a “descoberta [de] uma unidade discursiva se a buscássemos não na coerência dos conceitos, mas em sua emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade.” (Foucault, 2010, p. 40) Interessaria, assim, “o jogo de aparecimentos e de sua dispersão” (Foucault, 2010, p. 40), e não, “uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros” (Foucault, 2010, p. 40); 4ª. buscar “reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos temas” (Foucault, 2010, p. 40). A partir do estudo da teoria evolucionista, como exemplo, essa hipótese foi posta por terra, já que Foucault identificou “jogos de conceitos” e “tipo de análise” diversos (Foucault, 2010, p. 40-41).

Formas de repartição e sistemas de dispersão esses que são evidenciados em diferentes suportes, entre os quais se destaca a explicação do autor: ao pesquisar “grandes famílias de enunciados” (das quais a medicina, a economia ou a gramática são ilustrações), identificou, tão somente, construções diversas, “séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações” (Foucault, 2010, p. 42); ao estudar a "permanência de uma temática", deparou-se com "possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema (Foucault, 2010, p. 42).

O interesse de Michel Foucault por essas "formas de repartição" e pelos "sistemas de dispersão" nasce de sua reflexão de que:

[...] a idéia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos [dos quais as famílias de enunciados, recortes de objetos, enunciação, estudo de noções e temáticas específicas estudadas pelo autor são exemplos] não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizada [...] (Foucault, 2010, p. 42).

Negando-se à descrição da "estrutura interna", das "pequenas ilhas de coerência" desses elementos relacionados ao discurso, pouca importância teria para Foucault "trazer a luz os conflitos latentes" em relação à sua formação e uso ou o estabelecimento de "quadros de diferenças" – procedimentos tão caro aos linguistas, em seu parecer (Foucault, 2010, p. 42-43).

Longe de interessar-se, tal qual os linguistas, em “quadros de diferenças” ou na “reconstituição de cadeias de inferência, como propõe a História das ciências ou a Filosofia, Michel Foucault definirá, ainda que correndo “riscos [que] não são pequenos” (Foucault, 2010, p. 42-43), que pode-se considerar que há uma *formação discursiva*:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) (Foucault, 2010, p. 43).

É no interlúdio entre o estudo específico sobre “formação discursiva” e

“enunciado” – construtos cruciais no trabalho foucaultiano – que outras notações importantes acerca da organização do campo enunciativo são feitas pelo autor e que colaboram com o trabalho na análise do discurso.

Assim, em relação à “formação dos objetos”, Michel Foucault procurará ver a validade de sua idéia de "regras de formação". Acentuará que o "discurso é algo inteiramente diferente do lugar em que vêm se depositar e se superpor [...] objetos que teriam sido instaurados anteriormente" (Foucault, 2010, p. 48), verificando que, em meio a dispersos objetos, há uma certa organização destes que permite que se fale em "objetos formados". Assim, para Foucault, dir-se-á que:

uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (Foucault, 2010, p. 49-50).

Após o estudo da Psicopatologia, conclui, em relação ao discurso que:

[...] não se trata de interpretar o discurso para fazer através dele uma história do referente. [...] Sem dúvida, semelhante história do referente é possível; não se exclui, de imediato, o esforço para desenterrar e libertar do texto essas experiências pré-discursivas [que Foucault exemplifica: quem era o louco em cada época?; em que consistia sua loucura?; quais eram suas perturbações; os feiticeiros eram loucos?; o que foi a loucura e como ela foi se modificando?]. Mas não se trata aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às "coisas", "despresentificá-las"; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude [...]; substituir o tesouro enigmático das "coisas" anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexa das regularidades que regem sua dispersão (Foucault, 2010, p. 53-54, grifos do autor).

Foucault também ressaltará que, no processo de descrição da formação dos objetos de um discurso, não deve haver a preocupação com a organização léxica

nem com as escansões de um campo semântico: não se questiona o sentido dado, em sua época, às palavras "melancolia" ou "loucura sem delírio" (Foucault, 2010a p. 54). Elucida ainda que, do ponto que se coloca para o trabalho nesse âmbito, “Não se volta ao aquém do discurso – lá onde nada ainda foi dito e onde as coisas apenas despontam sob uma luminosidade cinzenta” (Foucault, 2010, p. 54) e conclui essa reflexão:

[...] fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso. [...] gostaria de mostrar que os 'discursos' [...] não são [...] um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: [...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar [...] que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem [...] o "regime dos objetos" (Foucault, 2010, p. 54).

Tal definição dos objetos, segundo Foucault, envolve:

uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever" (Foucault, 2010, p. 55)

Já no que tange à “formação das modalidades enunciativas”, o pontapé inicial do autor é a observação de que há diferentes formas de enunciados. Intenta, assim, responder a duas indagações: "Que encadeamento, que determinismo há entre uns e outros? Porque estes e não outros [enunciados surgiram e ganharam espaço]?" (Foucault, 2010, p. 56).

Tomando como exemplo a formação da medicina clínica como modalidade de enunciação, Foucault desdobrará as duas indagações iniciais em outras três questões, a saber: "quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem?" (Foucault, 2010, p. 56); Quais são "os *lugares* institucionais" de onde são obtidos os discursos?" (Foucault, 2010, p. 57); Quais são as situações que o sujeito pode "ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos já instituídos ou em formação" e "nas redes de informação"? (Foucault, 2010, p. 58).

Analisados dados referentes a cada uma desses questionamentos, Foucault conclui que "as modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito" (Foucault, 2010, p. 60); permitindo que se entreveja, ao contrário, o seu caráter disperso: "nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala" (Foucault, 2010, p. 61).

Tais observações fazem com que Foucault chame a atenção para aspectos de sua definição sua caracterização do discurso:

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão [...] a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (Foucault, 2010, p. 61).

Sobre a "formação dos conceitos", o enfoque foucaultiano privilegia, inicialmente, a ideia de que "a história" dos conceitos "não é, pedra por pedra, a construção de um edifício" (Foucault, 2010, p. 62), sendo pertinente "descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam" (Foucault, 2010, p. 62).

Nesse aspecto, o autor parte do fato de que aspectos heterogêneos concretizam uma organização do campo dos enunciados, entre as quais destacam-se: formas de sucessão, ordem das descrições, esquemas de generalização, enunciados correlacionados entre si; encadeamentos dos diferentes sistemas retóricos vinculado a um determinado conceito e finaliza: "é, antes de tudo, um conjunto de regras para dispor em série enunciados, um conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos" (Foucault, 2010, p. 63).

O autor apresentará, também, as noções de *campo de presença* – delimitados por relações de coexistência dos enunciados –, *campo de concomitância* e *domínio de memória* (Foucault, 2010, p. 64).

Michel Foucault sistematiza, assim, o que é um "sistema de formação conceitual": "o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que

permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros" (Foucault, 2010, p. 65-66).

Ao esclarecer sobre a impropriedade de se analisar "a arquitetura conceitual" de construções isoladas (seja um texto ou uma obra) ou buscar a classificação de traços comuns ou coerentes, Michel Foucault lançará a idéia de "nível pré-conceitual" (Foucault, 2010, p. 66). Nesse nível,

tentamos determinar segundo que esquemas [...] os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; tentamos estabelecer, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, construir entre si organizações parciais. [...]

[...] O campo pré-conceitual deixa aparecerem as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos, e, em seguida, mais além ainda, a abundância desses temas, dessas crenças, dessas representações às quais nos dirigimos naturalmente quando fazemos a história das idéias (Foucault, 2010, p. 66;70).

Possibilitando a apreensão da "dispersão dos conceitos" que se concretiza em meio a muitas produções (textos e livros, por exemplo), esses esquemas permitem "descrever [no âmbito do discurso mesmo – "lugar de emergência dos conceitos"] a rede conceitual a partir das regularidades intrínsecas do discurso" (Foucault, 2010, p. 66; 68); sem necessidade de ninguém se remeter, ao realizar esse trabalho, a um "gesto fundador", aos "confins da História". Tampouco preocupar-se-ia com as "estruturas ideais de um conceito", já que o discurso deixa de ser encarado, na proposta foucaultiana, como "tradução exterior" – o que faz com que o "curso empírico das idéias" não tenha nenhuma valia na análise de formação dos conceitos (Foucault, 2010, p. 68; 69; 70).

Finalizando, o autor afirma que, em relação à "formação das estratégias", essas podem ser definidas como "temas e teorias" formados a partir dos "reagrupamentos de certos objetos, de certos tipos de enunciação" ("dependendo de seu grau de coerência, rigor e estabilidade") (Foucault, 2010, p. 71).

Michel Foucault articula sua argumentação para responder à seguinte questão: "Como as estratégias se distribuem na história?" (Foucault, 2010, p. 71).

Assim, propugna que:

Um formulação discursiva não ocupa, assim, todo o volume possível que lhe abrem por direitos os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; ela é essencialmente lacunar, em virtude do sistema de formação de suas escolhas estratégicas (Foucault, 2010, p. 74).

Conforme analisa Foucault, por esse motivo, "uma dada formação discursiva pode fazer aparecerem possibilidades novas" e, em cada uma dessas "novas possibilidades", dá-se a "inserção [dessa formação discursiva] em uma nova constelação discursiva" (Foucault, 2010, p. 75).

O autor destaca, ainda, uma outra instância que, na verdade, consiste em uma função - "*função* que deve exercer o discurso estudado *em um campo de práticas não discursivas*" (Foucault, 2010, p. 75): *o regime e os processos de apropriação* do discurso.

Em relação a esses últimos, Foucault chama a atenção para "a propriedade do discurso", entendida como o direito, concomitante, "de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas". Direito atribuído " a um grupo determinado de indivíduos" (Foucault, 2010, p. 75).

Marcelo Giacomoni e Anderson Vargas destacam que essas categorias – objeto, modalidade de enunciado, conceitos e estratégias – são apresentadas por Foucault "como elementos que encerram determinado discurso, mas que, [também] podem ser relacionados entre si para formarem uma prática discursiva" (Giacomoni; Vargas, 2010, p. 124).

Feitas essas considerações, Foucault sistematizará sua concepção de enunciado, embora ainda em caráter provisório:

[...] o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem [...] (Foucault, 2010, p. 97).

Foucault adverte que há uma impossibilidade de se estabelecer "critérios estruturais de unidade" em relação ao enunciado, porque esse "não é uma

estrutura”, mas uma função “que cruza um domínio de estruturas e de unidade possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2010, p. 98).

O autor definirá, assim, o enunciado como “uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos” (Foucault, 2010, p. 98). Função essa que “[...] não é sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem” (Foucault, 2010, p. 99).

É nesse contexto analítico que Michel Foucault destacará a função enunciativa, e, após a apresentação dos elementos que o guiaram, sintetizará o que é a descrição arqueológica que propugna, diferenciando-a, inicialmente, da "história da idéias", já referida anteriormente.

Em se tratando dessa "história das ideias", a coerência do discurso e a coesão que o organizam conferem-lhe unidade, mesmo que nem sempre esteja expressa, havendo um *modus operandi* claro nas atividades de pesquisa que inspira:

[...] não multiplicar inutilmente as contradições; não se deixar prender às pequenas diferenças; não atribuir peso demasiado às transformações, aos arrependimentos, aos retornos ao passado, às polêmicas; não supor que o discurso dos homens esteja continuamente minado, a partir do interior, pela contradição de seus desejos, das influências que sofreram, ou das condições em que vivem (Foucault, 2010, p. 168).

Nessa persuasiva proposta, "a análise deve suprimir sempre que possa, a contradição", conduzindo-a "a um foco único" os fragmentos, por ventura, discernidos (Foucault, 2010, p. 170-171).

Já na forma como Foucault sistematiza o seu trabalho arqueológico, as contradições "são objetos a serem descritos por si mesmos", despreocupado que está em "mostrar que [...] todos aceitavam um certo número de teses fundamentais". Demonstra assim, como cada construção teórica tem o seu lugar, em determinado tempo e contexto (Foucault, 2010, p. 171).

Nesse estudo, não interessa, como ocorre com a "história das ideias", a fusão das contradições para gerar um princípio unificador único, uniforme; mas, "a arqueologia descreve os diferentes *espaços de dissensão* dos discursos, analisando os "diferentes tipos de contradição" (Foucault, 2010, p. 172).

Para o arqueólogo do saber, uma "formação discursiva não é, pois, o texto ideal, contínuo e sem aspereza, que corre sob a multiplicidade das contradições"; ele não busca a tranquilidade das certezas que não incomodam: "É antes um espaço de dissensões múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos" (Foucault, 2010, p. 175).

Valorizando a atividade comparativa, Foucault explica:

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras a simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral (Foucault, 2010, p. 177).

Ainda que pretenda "desenhar configurações singulares", tendo efeito multiplicador, em substituição a qualquer trabalho no qual se pretenda unificar os discursos (Foucault, 2010, p. 178-180), ele estabelecerá que:

[...] o estudo arqueológico está sempre no plural: ele se exerce em uma multiplicidade de registros; percorre interstícios e desvios; tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco (Foucault, 2010, p. 177).

Apresentadas, em linhas gerais, toda essa elaboração teórica de Michel Foucault, contribuições para a análise do discurso, cabe lembrar que o discurso, em sua acepção, "aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e de utilização" (Foucault, 2010, p. 136). Lembra o autor que, desde que surge, o discurso está relacionado à questão do poder, sendo objeto de uma luta política.

Examinando diversas materialidades de registro (obras, livros e textos, por exemplo), Foucault salienta que a identificação de um mesmo "campo conceitual" em que transitam, permite a percepção de que há entre elas uma "unidade", caracterizando-lhe a positividade (Foucault, 2010, p. 143). Dando margem a que se identifique "identidades formais, continuidades temáticas e translações de conceitos" (Foucault, 2010, p. 144) que estabelece um *a priori*. Este, é importante pontuar, relaciona-se a "coisas efetivamente ditas".

Complementarmente, ao *a priori*, o autor se refere, também, a “sistemas de enunciados” que, instaurando enunciados como “acontecimento” (com suas condições de aparecimento), compõem o *arquivo* (Foucault, 2010, p. 146).

Definido como “a lei do que pode ser dito”, como “o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 2010, p. 147), o autor nos inspira a buscar, mais do que “a soma de todos os textos” que temos “guardados” sobre qualquer tema (como o das masculinidades, diretamente relacionada ao tema em estudo nesse trabalho). Suas ponderações possibilitam a percepção de que todo o “jogo das circunstâncias caracterizam o nível discursivo” (Foucault, 2010, p. 146-147). São esses enunciados e alguns dos jogos que os engendraram que serão analisados nos capítulos seguintes.